

UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

VALDENICE DE ANUCENA MENDONÇA

O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA
MATAGRANDENSE E PAULISTANA:
UM ESTUDO COMPARATIVO

Maceió-AL.
20 de dezembro de 2004.

VALDENICE DE ANUCENA MENDONÇA

O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA
MATAGRANDENSE E PAULISTANA:
UM ESTUDO COMPARATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Linguística, sob a orientação da Profª Drª Maria Denilda Moura.

Maceió-AL.
20 de dezembro de 2004.

VALDENICE DE ANUCENA MENDONÇA

**O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA
MATAGRANDENSE E PAULISTANA:
UM ESTUDO COMPARATIVO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre,
pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Área de
Linguística -, do centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade
Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:**

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Denilda Moura
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFAL

Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante
Departamento de Métodos, Técnicas e Ensino
Centro de Educação (Cedu) – UFAL

Prof^a Dr^a Maria Francisca Oliveira Santos
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFAL

Defendida em:
Conceito:

Maceió-AL.
20 de dezembro de 2004.

DEDICATÓRIA

A Jesus Cristo (filho do Deus vivo), razão maior em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus que, pela sua imensa onipresença e grande poder, sempre esteve ao meu lado em todos os momentos;

À minha orientadora e incansável pesquisadora Prof^a Dr^a Maria Denilda Moura que me possibilitou o ingresso no ramo da lingüística e me incentivou a continuar a caminhada no momento em que mais precisei de ajuda;

À minha família que é a razão de todo o esforço dispensado para chegar até aqui: Celso, Anny, Amanda e Aglaê;

Aos meus pais, especialmente a minha mãe (*in memorian*) que mesmo não estando presente, o seu incentivo se fez ecoar na lembrança: 'você vai conseguir';

Aos meus irmãos: Edizio, Verônica e Deda, que a seu modo, contribuíram para o meu crescimento intelectual;

Aos membros do projeto PRELIN que estarão sempre presentes em minha lembrança;

À FAPEAL, pelo incentivo humanístico e financeiro;

Aos membros da banca do colegiado do programa de Pós-Graduação pelo apoio e paciência dispensados;

Aos membros da banca examinadora pelo cuidado com que leram este trabalho, com os quais obtive valiosas contribuições;

Ao Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFAL, especialmente, à Prof^a Dr^a Rita Maria Zozzoli (coordenadora do curso), ao Judson (funcionário da biblioteca), à Luciana e ao Márcio (funcionários da secretaria), pela amizade, incentivo e apoio dispensados;

Aos informantes matagrandenses que me permitiram um pouco entrar em suas vidas, e através de suas falas, contribuíram para a concretização deste trabalho;

À Universidade Federal de Alagoas, lugar que eu amo, por ter me proporcionado fazer parte de sua história;

Enfim, a todos aqueles que acreditaram em mim e, que de longe, ou de perto, fizeram-se presentes, meu MUITO OBRIGADA.

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar as estratégias de realização do objeto direto anafórico em substituição ao clítico acusativo de terceira pessoa na língua falada em Mata Grande-AL. Buscamos, a partir de resultados quantitativos, estabelecer uma comparação dos fatores sociais: idade e escolaridade, com resultados de nossa pesquisa com resultados de dados de língua falada da cidade de São Paulo os quais constituem o *corpus* do trabalho realizado por Duarte (1986). Para tanto, tomamos como base os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, que procura investigar, descrever e explicar o grau de variação, estabelecendo a relação entre o contexto social e lingüístico do falante, assim como o modelo teórico de Princípios e Parâmetros que tem dado o suporte teórico aos estudos em sintaxe comparativa, cf. Chomsky & Lasnik (1993). Para constituição do *corpus*, utilizamos uma amostra da fala de 12 informantes matagrandenses, de ambos os sexos, distribuídos em três faixas etárias e com escolaridade variada. Os resultados foram bastante reveladores não somente porque constatamos que a língua falada em Mata Grande está em processo de mudança com relação à variação do objeto direto anafórico, mas também porque confirmamos que o fenômeno estudado está ocorrendo nas duas regiões simultaneamente com características lingüísticas semelhantes.

Palavras chaves: Variação lingüística, língua falada e clítico acusativo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the strategies of performance of the anaphoric direct object in its substitution to the third person accusative clitic in the speech of the town of Mata Grande, State of Alagoas, Brazil. That was made comparing the quantitative results of two social factors of our searching, age and schooling level, with the results from speech data in the city of São Paulo, brought up by the *corpus* collected by Duarte (1986). Thus we were based on the methodology and theory of variationist sociolinguistics and the principles and parameters theory. The first one aims to search, describe and explain the speech variation grades, making up the relation between the social context and the linguistic context of the speaker; the second one has given theoretical support to studies in comparative syntax. On the way to elaborating our *corpus*, we collected data of both male and female 12 speakers of Mata Grande, divided into three age ranges and with different schooling levels. The results were very meaningful once we established that the language spoken in Mata Grande suffers a process of change and confirmed that the studied phenomenon is simultaneously occurring at the two regions, owning similar linguistic features.

Key words: linguistic variation, speech, accusative clitic.

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO 1 - A Perspectiva desta Pesquisa

1.1. Introdução	02
1.2. Pontos de partida.....	06
1.2.1. Duarte (1986).....	06
1.2.2. Tarallo (1996).....	10
1.2.3. Freire (2000).....	11

CAPÍTULO 2 - Referencial Teórico e Metodológico

2.1. Introdução	13
2.1.1. Pressupostos Variacionistas.....	13
2.1.2. Pressupostos Paramétricos.....	17
2.1.3. Sociolingüística Paramétrica	22
2.1.4. O Sistema Pronominal Brasileiro.....	23
2.1.5. Realidade sócio-espacial de Mata Grande-AL.	26
2.2. Metodologia.....	29
2.2.1. Objetivos e hipóteses da pesquisa	29
2.2.2. Constituição do corpus da pesquisa.....	31
2.2.3. Seleção e codificação dos dados	35
2.2.4. O sistema computacional VARBRUL	38

CAPÍTULO 3 - Análise dos Dados

3.1. Introdução	41
3.1.1. Total dos dados computados	41
3.1.2. Variáveis Dependentes (Variantes)	42
3.1.3. Variáveis Independentes	43
3.1.3.1. Variáveis Lingüísticas	43
3.1.3.1.1. Forma Verbal	43
3.1.3.1.2. Condicionamento Sintático	49
3.1.3.1.3. O traço Semântico do Antecedente.....	52
3.1.3.2. Variáveis Extralingüísticas (Variáveis Sociais)	56
3.1.3.3. Efeitos Sociais na realização do objeto direto anafórico....	59

3.1.3.3.1. O Clítico, o Pronome Lexical e a Categoria Vazia	59
3.1.3.3.2. Os Sintagmas Nominais.....	65

Conclusão	69
-----------------	----

Referências Bibliográficas	73
----------------------------------	----

Anexos

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1. Distribuição dos dados computados segundo a variante usada.....	41
Tabela 3.2. Distribuição das variantes usadas segundo a forma verbal.....	44
Tabela 3.3. Distribuição das variantes usadas segundo a estrutura sintática da Frase	49
Tabela 3.4. Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do antecedente do objeto	52
Tabela 3.5. Distribuição das variantes usadas segundo a variável extralingüística gênero: Sexo.....	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1. Uso das três variantes segundo a escolaridade (MG).....	60
Gráfico 3.2. Uso das três variantes segundo a escolaridade (SP)	61
Gráfico 3.3. Uso das três variantes segundo a idade (MG).....	62
Gráfico 3.4. Uso das três variantes segundo a idade (SP)	64
Gráfico 3.5. Uso das quatro variantes segundo a escolaridade (MG)	66
Gráfico 3.6. Uso das quatro variantes segundo a idade (MG)	66
Gráfico 3.7. Uso das quatro variantes segundo a escolaridade (SP)	67
Gráfico 3.8. Uso das quatro variantes segundo a idade (SP)	67

CAPÍTULO 1

A PERSPECTIVA DESTA PESQUISA

A luta entre a língua culta e o dialeto se processa no campo da sintaxe. A primeira recebe o léxico variadíssimo de uso popular, como um enriquecimento vocabular aproveitável e aproveitado. É intransigente, porém, quanto à sintaxe, pois é ela a estrutura viva da língua; é na sua articulação que reside a alma e o caráter do idioma.

Quem vencerá? Se a força conservadora da literatura e da instrução reage contra a tendência modificadora, é preciso ter-se em mente que essa tendência é animada da energia fatal e inflexível das cousas instintivas e inconscientes.

Já algumas formas sintáticas dialetais firmaram-se de tal forma na linguagem de todas as classes, que estão entrando na literatura. São erros, olhados à luz das regras gramaticais. Estão certas, porém, dentro da realidade lingüística (...).

Hoje, porém, a compreensão científica da linguagem integra-a dentro do homem, fazendo-a depender dele, de quem recebe toda a vida. Assim, antes de estudar a língua, é necessário olhar para o indivíduo que a fala, considerar o meio social em que ele se move, porque a sua linguagem há de refletir esse ambiente.

Mário Marroquim

1.1. INTRODUÇÃO

A reorganização do sistema pronominal tem sido um dos mais constantes temas de estudo na lingüística moderna que tem como conseqüências principais a crescente realização fonológica do sujeito e a implementação progressiva do objeto nulo. Dentre esses estudos, um dos fenômenos que tem despertado grande interesse nos estudiosos da língua tem sido o *clítico acusativo de terceira pessoa* que se encontra em processo de mudança em progresso no português brasileiro.

Os estudos registram que a perda do *clítico acusativo de terceira pessoa* é um fato praticamente consumado na língua oral, independente da escolaridade, da faixa etária e do sexo do informante, ocorrendo em seu lugar outras formas de representação do objeto direto co-referente com um SN mencionado no discurso (objeto direto anafórico): o *pronome lexical* (forma nominativa em função acusativa), os *SNs anafóricos* e a *categoria vazia* (cf. TARALLO, 1983 apud DUARTE, 1986; DUARTE, 1986; RAMOS, 1999; FREIRE, 2000; GALVES, 2001; dentre outros).

As pesquisas desenvolvidas sobre o fenômeno em estudo são reveladoras no que diz respeito ao nível de variação ou estágio de mudança em que se encontram essas variantes no PB. No entanto, os estudos que tratam do fenômeno em análise, geralmente, são baseados em amostras extraídas da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país (cf. FREIRE, op.cit. p.01), e isso aponta para a relevância do nosso trabalho porque, excetuando o trabalho de Ramos (op.cit.) que trata deste fenômeno, pesquisado na região nordeste, em que a cidade de Maceió-AL faz parte dos *corpora* analisados, que seja do nosso conhecimento, não há registro de nenhum outro trabalho do referido fenômeno pesquisado em Alagoas.

Procurando ‘escavar as nossas raízes’ e submetê-las à luz da teoria moderna, levando em consideração os fatores sócio-regionais, além da compreensão do uso variável do *objeto direto*, o objetivo dessa pesquisa é também de verificarmos a parametrização das formas variantes dos fatores sociais: idade e escolaridade que co-ocorrem no uso do objeto direto na fala matagrandense e paulistana, a fim de analisarmos o nível de variação ou estágio de mudança em que se encontram as variantes analisadas.

Para tanto, tomamos como base os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, que procura investigar, descrever e explicar o grau de variação, estabelecendo a relação entre o contexto social e lingüístico do falante, assim como o modelo teórico de Princípios e Parâmetros que tem dado o suporte teórico aos estudos em sintaxe comparativa, (cf. CHOMSKY & LASNIK, 1993). Para constituição do *corpus*, utilizamos uma amostra da fala de 12 informantes matagrandenses, de ambos os sexos, distribuídos em três faixas etárias e com escolaridade variada.

Dessa forma, no decorrer do trabalho, pretendemos responder às seguintes perguntas: estará o clítico acusativo de 3ª pessoa, também, em processo de mudança na língua falada em Mata Grande? e se estiver, serão os mesmos fatores lingüísticos apontados por Duarte (1986), Freire (2000), e outros mais, detectados na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, que estão influenciando a não realização dessa forma lingüística? ou ainda, serão os mesmos fatores sociais: idade e escolaridade detectados no trabalho de Duarte (op.cit.) que estão influenciando o nível de variação ou estágio de mudança de uma forma à outra?

O presente trabalho justifica-se porque segundo Galves (2001), Freire (2000) dentre outros, *o clítico acusativo de terceira pessoa* geralmente não costuma estar acessível durante o processo de aquisição de L1 no português do Brasil, porque

este é adquirido a partir da escolaridade como uma segunda língua. Conseqüentemente, conforme os autores, a criança não encontrando essas formas no *input* a que está exposta, enfrenta na escola uma situação de aprendizagem de uma gramática estrangeira.

Obstante as pesquisas desenvolvidas até então, mesmo depois da separação histórica e política, as normas de uso da língua instituídas nas escolas ainda obedecem aos ditames dos nossos primeiros colonizadores, os Portugueses. Pois, as regras normativas que regem os compêndios gramaticais fazem parte da sintaxe da língua falada portuguesa, o que não ocorre com o uso efetivo da língua falada no Brasil.

Com isso, esta pesquisa procura contribuir com os trabalhos lingüísticos objetivando desmistificar conceitos lingüísticos errôneos, subsidiados pela gramática normativa, que servem apenas para aumentar a evasão escolar e promover preconceitos lingüísticos na nossa pátria.

Moura (1995, p.50) defende a realização desses estudos não somente a nível de Nordeste, mas principalmente no Estado de Alagoas, a fim de se conhecer a realidade lingüística desta região e a partir daí realizarmos estudos comparativos entre a língua falada nas várias regiões brasileiras, o que, com certeza, colocará em evidência não somente as diferenças (se é que elas existem), mas também as semelhanças existentes no português brasileiro falado em todo o país.

Assim, é relevante, em nosso entender, estudarmos as ocorrências da fala matagrandense e compararmos as reflexões feitas com as de outros estudos para melhor compreendermos o uso da implementação desse fenômeno no sistema lingüístico brasileiro.

Este texto se compõe de três capítulos: no primeiro capítulo, apresentamos as variantes do objeto direto, os trabalhos significativos relacionados ao tema que possam contribuir para um melhor esclarecimento do fenômeno estudado, o objetivo da pesquisa e as perguntas que nortearão o trabalho.

No segundo capítulo, descrevemos as hipóteses que nortearão este trabalho e o referencial teórico-metodológico que irá subsidiar a análise dos dados, bem como informações sócio-espaciais da cidade de Mata Grande a partir de informações fornecidas pelo IBGE, referentes ao ano de 2000.

No terceiro capítulo, foram apresentadas as análises lingüísticas do *corpus* constituído da fala de informantes matagrandenses e as análises comparativas dos fatores sociais: idade e escolaridade entre as duas cidades analisadas, Mata Grande e São Paulo.

Ainda no terceiro capítulo foram apresentadas as considerações finais a que chegamos.

1.2. Pontos de partida

Neste capítulo serão apresentados alguns estudos que, de alguma forma, contribuíram para a compreensão do processo de variação e mudança lingüística do *clítico acusativo* e que, por conseguinte, serviram de ponto de partida para a concretização desta pesquisa.

1.2.1. Duarte (1986)

A constatação do escasso uso do *clítico acusativo* bem como do alto uso da *categoria vazia* foi verificada por Duarte (1986) por falantes paulistanos, através da sua dissertação intitulada “*Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*”.

O *corpus* foi constituído da fala natural de informantes paulistanos, textos de alunos de 2º grau, entrevistas transmitidas pela TV e episódios de novelas. Do cômputo geral dos dados, (4,9%) ocorreram com o *clítico acusativo*, (15,4%) com o pronome lexical, (17,1%) com outras formas de objeto direto anafórico, enquanto que a variante categoria vazia (62,6%) se destacou dentre todas as variantes usadas.

Algumas variáveis lingüísticas: forma verbal, estrutura sintática da frase, traço semântico do objeto, e extralingüísticas: idade e escolaridade foram levantadas pela autora com a finalidade de serem observados os fatores condicionadores que interferiam na escolha do falante para uma ou outra forma variável do objeto direto em substituição ao *clítico acusativo*.

Além das variáveis lingüísticas levantadas, Duarte fez também o cruzamento lingüístico: *Estrutura sintática da frase vs. condicionamentos semânticos do objeto* e

aponta que a não-realização fonológica do objeto direto anafórico (categoria vazia) é altamente favorecida pelo traço [- animado] do referente, independentemente da estrutura sintática da frase:

- a) estruturas simples: (96,1%)
- b) estruturas com predicativo: (86,4%)
- c) estruturas complexas: (100%)

Já o traço [+ animado], que se faz preferivelmente com o pronome lexical, favorece a realização fonológica do objeto especialmente em algumas estruturas sintáticas:

- a) estruturas simples: (32,2%)
- b) estruturas com predicativo: (54,5%)
- c) estruturas complexas: (64,9%)

Duarte observa também que, em estruturas simples associadas ao traço [+ animado], permanece certa variedade, pois o traço não é decisivo para a forma pela qual se realiza o objeto.

Neste trabalho, ainda, testando o uso do *clítico acusativo* (avaliação da variante) com formas verbais distintas com os informantes entrevistados, Duarte (idem, p.45) observa que os jovens aceitaram as formas “o vi” e “vou levá-las”, mas recusaram o *clítico* com *tempo composto*, como pode ser visto em seu exemplo (1):

(1) Não sei por onde anda a Maria/ Não a tenho visto ultimamente/

Duarte relata que foi normal, após a leitura, a exclamação por parte deles: “Não a tenho visto? Que horror/ Eu não a vejo faz um tempão/ Ou Eu não vejo (φ) faz um tempão/”.

Para Duarte o ‘problema’ não é apenas o clítico e sim o seu uso com o tempo composto.

A autora observou que, mesmo sendo nulo por parte dos jovens e bem mais baixo por parte dos outros grupos, a aceitação do clítico acusativo com traço [-animado] em estruturas complexas, as reações desfavoráveis são menores por parte dos jovens em frases como:

(2) Vou experimentar a blusa antes de comprá-la.

(3) Não consigo achar meu livro de inglês. Procurei-o por toda a parte, mas não o encontrei.

Com relação a essas frases, Duarte obteve as seguintes respostas dos entrevistados, de acordo com alguns testes realizados:

“Correta, mas não se fala assim/”

“Não devia colocar o “o”; é correto, mas não se coloca/”

E em alguns casos as respostas eram bastantes veementes, por exemplo, para obter o grau de aceitação de frases como (4) e (5):

(4) E as cartas?

Ponha-as (coloque-as) no correio, por favor/

(5) Você viu o show do Milton?

Não, mas gostaria de tê-lo visto/

Para essas frases, o julgamento dos falantes encontra-se expresso nas respostas abaixo relacionadas:

“Nossa/ Tá certo, mas é esquisito/ As pessoas não falam assim/

“Como?/”

“Certíssima!” (risos)

“Só o Jânio!”

“Ai, que rebuscamento!”

“Chique!”

“Pedante!”

Um dos informantes com 3º grau (mais de 46 anos) fez o seguinte comentário sobre o teste aplicado por Duarte:

“A construção com pronome oblíquo não é o coloquial, não é o costumeiro, não é o cotidiano. Fica meio pernóstico. Só uso ϕ quando eu tenho que tomar cuidado com a linguagem”.

Duarte observa que, mesmo em situação formal, o informante acima utilizou o objeto vazio, esquecendo-se do cuidado que diz tomar.

Com relação ao uso do *pronome lexical*, Duarte também observou que há por parte dos jovens e grupos com 2º grau, grande aceitação do pronome em estruturas simples com antecedente [+ animado], como pode ser visto em seu exemplo (6):

(6) Coitada da menina/ Deixa ela em paz/

Com relação à realização dessa sentença na fala, Duarte obteve a seguinte resposta dos entrevistados: “não dá pra falar de outro jeito”

Duarte também relata que, no que se refere às estruturas complexas, é grande a aceitação do pronome lexical com traço [+ animado], como exemplificado em (7):

(7) O senhor não pode acreditar neles/ Eu vi eles abrindo a porta do meu carro/

Segundo Duarte, com relação a essa frase, um informante faz o seguinte comentário: “Quando entra o emocional, eu não fico respeitando regra/”

1.2.2. Tarallo (1996)

Tarallo (1996, p. 48) realiza uma pesquisa diacrônica sobre as mudanças pronominais ocorridas no Português Brasileiro e constata que “o paradigma pronominal da cláusula matriz no PB falado moderno não é o mesmo encontrado nas gramáticas do português padrão”. Os dados históricos coletados por Tarallo mostraram que, com a reorganização pronominal nos últimos 250 anos, houve uma inversão entre as posições de sujeito e do objeto direto por volta da segunda metade do século XIX.

A tabela a seguir apresenta um resumo da retenção pronominal, observando a função sintática dos pronomes e o tempo.

RETENÇÃO PRONOMINAL SEGUNDO O TEMPO E A FUNÇÃO SINTÁTICA					
TEMPO	1725	1775	1825	1880	1981
SUJEITO	23,3%	26,6%	16,4%	32,7%	79,4%
OB. DIRETO	89,2%	96,2%	83,7%	60,2%	18,2%
(SPs)	96,5%	98,9%	91,3%	72,9%	44,8%

Tarallo (1996, p. 84)

Esta pesquisa realizada por Tarallo, do período de 1725 a 1981, constata que o sujeito e o objeto direto tomaram caminhos inversos, enquanto o sujeito é preenchido pelo pronome em apenas (23,3%), o objeto direto é preenchido com um percentual de (89,2%) e os SPs (96,5%) em 1725. Percorrendo o túnel do tempo, observa-se que o sistema pronominal vai reorganizando-se conforme a tabela acima e em 1981 já se percebe a evolução da mudança: os objetos diretos (18,2%) e os

SPs (44,8%) vão diminuindo do quase total preenchimento para o não preenchimento, contrariamente aos sujeitos (79,4%) que evoluem do não preenchimento para o preenchimento quase total.

1.2.3. Freire (2000)

Freire (2000), com a finalidade de verificar se havia de fato diferença entre o Português do Brasil e o Português de Portugal, desenvolveu uma pesquisa sobre os clíticos de terceira pessoa na fala culta brasileira e lusitana. Os *corpora* para constituição desse trabalho foram realizados através de duas amostras. A primeira, cedida pelo projeto NURC do Rio de Janeiro e conhecida como recontato, é constituída da fala de 12 informantes com nível superior e distribuídos em três faixas etárias, para documentar o PB. A segunda amostra compõe-se da fala de 28 informantes portugueses com curso universitário, também distribuídos em três faixas etárias para descrever o PE.

Do total do cômputo geral desses dados no *corpus* do PB, (3%) ocorreram com o *clítico acusativo*, (4%) com o *pronome lexical*, (34%) com *SN anafórico* e (59%) com o *objeto nulo*; já no *corpus* do PE, (44%) ocorreram com o *clítico acusativo*, (0%) com o *pronome lexical*, (25%) com *SN anafórico* e (31%) com o *objeto nulo*.

Dessa forma, percebemos através desses números estatísticos que o clítico acusativo (44%) é amplamente usado na fala do PE, enquanto que para a variante *pronome lexical* (0%), não houve registro do seu uso. Já na fala do PB o *clítico acusativo* (3%) sofre uma depreciação de uso, contrariamente à variante *categoria vazia* (59%) que é uma forma bastante apreciada pelos falantes brasileiros.

Com isso, Freire (2000) retomando Galves (1998) postula que a gramática brasileira e a gramática lusitana possuem duas línguas-I¹ distintas e o que explicitariam essas diferenças, segundo o autor, seriam:

- a) *a sintaxe pronominal*, a gramática brasileira licencia os pronomes tônicos *você* e *ele* em função acusativa sem reduplicação clítica e sem preposição, ao contrário do PE.
- Vi **ele** ontem na rua. (PB)
 - Vi-**o a ele** ontem na rua. (PE).
- b) *a projeção de constituintes na frase* em que o sujeito, ou outro componente da oração, aparece em primeira posição e é retomado por um pronome lembrete
- **Essa competência** ela é de natureza mental.
 - **A Clarinha** ela cozinha que é uma maravilha.
- c) *a freqüência de determinadas propriedades gramaticais* compartilhadas pelas duas variedades da língua.
- ϕ Não posso ficar aqui a tarde toda não. ϕ tirei quatro notas vermelhas. ϕ preciso dar um jeito na minha vida. (PB)
 - A Joana viu ϕ na televisão ontem. (PE).

1- Língua I – objeto mental, o saber que os indivíduos têm da língua, ou seja, trata-se do sistema cognitivo computacional que dá conta da linguagem.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1. Introdução

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico-metodológico que será utilizado nas análises lingüísticas da fala matagrandense, bem como nas análises comparativas dos fatores sociais: idade e escolaridade, numa perspectiva sincrônica de língua oral, entre as variações do objeto direto anafórico na fala matagrandense e os dados da cidade de São Paulo, apresentados por Duarte (1986).

Este estudo comparativo seguirá a mesma base teórica adotada por Duarte (op.cit), que se fundamenta em dois modelos teórico-metodológicos: o modelo gerativista de Princípios e Parâmetros, proposto por Chomsky e Lasnik (1993) em interface com a Teoria da Variação Lingüística, proposta por Labov (1983).

Essas duas correntes teóricas tidas no passado como incompatíveis e irreconciliáveis, tendo em vista o primeiro modelo preocupar-se com a competência do falante, enquanto o segundo interessar-se pela língua em uso, atualmente são empregadas numa colaboração amistosa na análise da variação e da mudança lingüística (cf. FREIRE, 2000), especialmente em estudos de sintaxe comparativa (cf. CAVALCANTE, 2001).

2.1.1. Pressupostos Variacionistas

O referencial teórico adotado é conhecido na literatura lingüística através de vários rótulos: paradigma quantitativo para o estudo da competência comunicativa (cf. SANKOFF, 1974), Variação e Mudança Lingüística, ou simplesmente

Sociolingüística (LABOV, 1972, apud TARALLO, 1985). A Sociolingüística entende por língua um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana, ou ainda “como forma de comportamento social” (cf. LABOV, 1983, p. 166).

A Teoria da Variação Lingüística teve como base um conjunto de fundamentos empíricos que romperam com algumas premissas da lingüística estruturalista, em especial, a associação entre homogeneidade e estrutura, segundo Weinreich, Labov & Herzog, (1968). A contribuição desses autores à teoria da variação e da mudança lingüísticas deu um novo rumo às pesquisas lingüísticas, como a constatação de que a variação é inerente ao sistema lingüístico, que ocorre numa comunidade de fala, inclusive na fala de uma mesma pessoa, e de que a heterogeneidade é uma condição intrínseca às línguas. A variação, em uma comunidade de fala, aparece como formas alternativas, semanticamente equivalentes, de se dizer a mesma coisa, que essa variação não é aleatória, mas governada por restrições lingüísticas e extralingüísticas, apresentando tendências regulares que são passíveis de serem descritas e explicadas.

Segundo Weinreich, Labov e Herzog² (op.cit. p.101), “a chave para uma concepção racional da mudança lingüística – isto é, da própria linguagem – é a possibilidade de se descrever sistematicamente a estrutura lingüística que serve a uma comunidade”.

Como proposta para observar a mudança em curso, os autores supracitados estabelecem alguns fundamentos empíricos que merecem ser observados porque serão muito importantes para a compreensão da variação ou processo de mudança relacionado à forma de realização do objeto direto na língua falada em Mata Grande-AL:

2- A tradução de Weinreich, Labov e Herzog foi realizada pela Professora Denilda Moura para seus alunos do curso de letras.

1. A mudança lingüística não deve ser identificada com a difusão aleatória que resulte de variação inerente à fala. A mudança lingüística começa quando a generalização de uma dada alternância em um certo subgrupo da comunidade de fala entra em ação e assume o caráter de diferenciação sistemática.
2. A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura lingüística inclui a diferenciação sistemática de falantes e de estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio de uma língua pressupõe o controle de tais estruturas heterogêneas.
3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística envolve mudança; mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade.
4. A generalização da mudança na estrutura lingüística não é nem uniforme nem instantânea; a generalização envolve a covariação de mudanças relacionadas ao longo de períodos de tempo, e aparece refletida na difusão de isoglossas em áreas do espaço geográfico.
5. As gramáticas nas quais a mudança lingüística ocorre são gramáticas da comunidade de fala. Devido ao fato de as estruturas variáveis contidas na fala serem determinadas por funções sociais, dialetos não são a base para gramáticas autocontidas ou internamente consistentes.
6. A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; ela não está confinada a etapas diferenciadas dentro da família. Toda e qualquer descontinuidade encontrada na mudança lingüística resulta de descontinuidades específicas de dentro da comunidade, e não como produtos inevitáveis das diferenças de geração, de pai e filho.
7. Fatores lingüísticos e sociais encontram-se intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Explicações que venham privilegiar um ou outro aspecto, não obstante bem construídas, não darão conta do rico montante de regularidades que podem ser observadas através de estudos empíricos do comportamento lingüístico, cf. Weinreich, Labov & Herzog (idem. p.187-188).

Além desses princípios gerais, os autores também apresentam cinco problemas que deverão ser observados por quem investiga a mudança numa perspectiva variacionista:

1. A questão dos condicionamentos: quais são os fatores que condicionam as mudanças lingüísticas possíveis que podem ocorrer em uma estrutura de um determinado tipo?

A resposta a essa pergunta refere-se aos 'efeitos colaterais' de toda mudança lingüística. No nosso caso em particular, com relação ao fenômeno em

estudo, podemos supor que o enfraquecimento da morfologia da concordância no português brasileiro causa uma diminuição na frequência de clíticos, por serem típicos elementos de concordância, em favor de outras formas de objeto direto.

2. A questão do encaixamento: de que maneira uma mudança lingüística se encaixa no sistema lingüístico e na matriz social circundante?

Com relação a essa questão, Labov (1983 apud CAVALCANTE, 2001, p. 22) observa que, “a propagação de uma mudança ocorre geralmente através de um conjunto de ambientes estruturais e se difunde progressivamente a partir de ambientes mais favoráveis”.

3. A questão da avaliação: de que maneira os membros de uma comunidade de fala avaliam determinada mudança lingüística e qual o efeito dessa avaliação sobre a mudança?

A avaliação da variável pelo informante é uma das etapas da pesquisa muito importante, sobretudo pelo fato de ser realizada através de testes específicos que o informante empiricamente analisa ao avaliar uma sentença. Daí, ser importante a aplicação desses testes para o estudo da mudança lingüística, por contribuir para o suporte do lingüista no sentido de ‘comparar as reações subjetivas do falante em relação à variável com as formas efetivamente usadas por ele na entrevista’, (cf. DUARTE, 1986, p. 07).

4. A questão da transição: de que maneira uma língua muda? Como uma língua passa de um estágio a outro?

A transição procura buscar o caminho percorrido pela mudança a partir de um estágio anterior. Considerando o tempo aparente, os grupos pertencentes as faixas etárias diversas são bastante importantes para responder a essa pergunta.

5. A questão da implementação: que fatores são responsáveis pela implementação da mudança? Por que mudanças de um traço estrutural acontecem em uma determinada língua em um dado momento, mas não em outras línguas com o mesmo traço, ou na mesma língua em outros momentos?

A questão da implementação é também muito importante, pois para respondê-la buscaremos verificar quais são as estratégias de substituição do clítico e que caminhos percorrem no sistema do Português Brasileiro, levando-se em conta fatores sociais e estruturais.

Além dos pressupostos teóricos e dessas cinco questões fundamentais para a compreensão dos fenômenos relacionados à mudança lingüística, a Teoria da Variação conta também com um modelo matemático acompanhado do suporte computacional (VARBRUL) que, através de regras variáveis, dá tratamento estatístico e probabilístico aos dados lingüísticos e extralingüísticos variáveis.

Dessa forma, o arcabouço teórico em questão possibilitará além de evidenciar a freqüência com que está se propagando o processo de mudança na fala matagrandense, também os caminhos que tal processo de mudança lingüística tomará.

2.1.2. Pressupostos Paramétricos

O modelo de Princípios e Parâmetros que tem dado o suporte teórico aos estudos em sintaxe comparativa, (cf. CHOMSKY & LASNIK, 1993)³, possibilita a investigação das propriedades lingüísticas que são universais e constantes nas línguas e as que variam de uma língua a outra, buscando construir não somente uma descrição, mas, sobretudo uma explicação dos limites de variação possível.

Segundo Raposo (1992), o modelo possui dois sistemas de princípios: o sistema de princípios rígidos, invariáveis, que qualquer gramática final irá ter que incorporar, e o sistema de princípios abertos, sendo chamados de *parâmetros*, por admitirem uma escolha binária de valores [+] ou [-]. A fixação de um desses valores é dado através do *input* que a criança recebe de sua comunidade, o que explicaria as diferenças entre as línguas humanas. Nesse sentido, Rizzi (1988)⁴ postula que os *princípios* da gramática universal, invariantes, definem a natureza da função. Os *parâmetros* caracterizam o espaço limitado da variação possível. Aprender uma língua quer dizer, nesse quadro conceitual, fixar os parâmetros à base da experiência, e derivar assim uma instanciação específica da gramática universal, a gramática de uma língua particular. Nessa perspectiva, todo falante tem mecanismos inatos (os princípios e parâmetros da GU) que lhe permitem internalizar a gramática de qualquer língua particular no estágio biológico apropriado.

Galves (2001) faz distinção entre dois tipos de competência do falante nativo: a competência gramatical e a competência lingüística. Para Galves, a primeira é o resultado da fixação dos parâmetros da gramática universal, é também o saber desenvolvido no processo natural de aquisição, na pequena infância e, crucialmente,

³- Destacamos que o modelo da Gramática Gerativa utilizado em nosso trabalho refere-se ao modelo de Princípios e Parâmetros, de Chomsky e Lasnik (1993).

⁴- A tradução de Rizzi (1988) foi realizada pela Professora Dr^a Maria Denilda Moura, juntamente com seus alunos, durante o curso de Sintaxe Comparativa, 1988.

na idade pré-escolar. Já a segunda integra muitos outros saberes lingüísticos, conforme a autora, pode-se considerar que certos enunciados, apesar de fazerem parte da competência lingüística de uma parte dos falantes do português brasileiro e serem considerados por estes aceitáveis, não são produzidos pela gramática do português brasileiro, mas são resquícios de estágios anteriores da língua. Um exemplo claro disso é o fenômeno lingüístico abordado nesta pesquisa, o uso do *clítico acusativo de terceira pessoa o/a* que se encontra em fase de extinção, daí na fala, como podemos comprovar, existir algumas estratégias para sua substituição:

QUANDO SE REFEREM À 3ª PESSOA

a) *pelo pronome lexical*

- (1) desde - desse tamanho - que eu conheço Cizo – desde de miudinho que eu conheço **ele**⁵ – eu trabalhava na casa dele – né?
(MG.P07.L170.IM).

b) *pelo sintagma nominal*

- (2) ... agora médico que é bom - nem os acadêmicos que - que tem - até dá medo de tomar o remédio - porque quando toma **o remédio** fica pior (MG.P14.L433.IF1).

c) *pela categoria vazia*

- (3) ...já fui pra Sum Palu - pra casa de minhas fias - qui me tratô lá - me deu rimédo – todo dia Tonha butava – todo dia ela butava ϕ im meu ôio
(MG.P4.L120.IF1).

⁵ Vale salientar que as relações anafóricas analisadas nos *corpora* do presente trabalho é o mesmo que foi adotado no trabalho de Duarte (1986) e Freire (2000) que analisam os objetos diretos anafóricos como significando ‘co-referente’ a um SN mencionado no discurso (um turno de diálogo ou oração precedente).

QUANDO SE REFEREM À 2ª PESSOA

d) pelo oblíquo *lhe*, quando pretende indicar a 2ª pessoa – você -, que, como é sabido, leva o verbo à 3ª pessoa.

4) Eu **lhe** vi no cinema (Ramos, 1999)⁶.

Vários estudos na perspectiva paramétrica, Duarte (1986), Freire (2000), Galves (1996; 2001) dentre outros, mostram que a natureza pronominal do clítico no PB difere daquela efetivamente usada em outras línguas românicas por não fazer restrições de interpretação quando substituído pelo uso dos pronomes não-clíticos. Galves (2001, p. 153) mostra o contraste do Português Brasileiro, através dos exemplos abaixo, entre o Francês e o Português europeu:

- 1- Je ne l'ai pas vu. / Je ne t'ai pas vu.
- 2- Não o vi. / Não te vi. (PE)
- 3- Não vi ele. / Não vi você. (PB)

De acordo com a autora, nestas línguas, o uso do clítico acusativo obedece algumas restrições de uso: o referente da terceira pessoa é obrigatoriamente [+humano] e nunca pode fazer referência a um tópico; ao contrário, só pode ser interpretado como informação nova, foco neutro ou contrastivo.

Galves (1996, p.395) aponta como causa, do *clítico acusativo* do português brasileiro ser de outra natureza, o elemento de concordância da flexão que é fraco por não possuir a 2ª pessoa e não existir oposição entre a 1ª, 2ª e 3ª pessoas, mas somente uma oposição binária, 'pessoa (1ª) / não-pessoa (3ª), articulada a uma oposição singular/plural'. E responde como a natureza da flexão afeta os clíticos (cf. GALVES, idem, p.400):

⁶ O exemplo acima foi coletado por Ramos (op.cit) com falantes maceioenses. Embora o fenômeno lingüístico que ocorre com os verbos transitivos indiretos pareça estar relacionado com o que se observa nos transitivos diretos, sua inclusão no quadro analisado ultrapassaria os limites deste trabalho.

A resposta que eu proporei é que um verdadeiro sistema de clíticos, ou seja, de pronomes cuja caracterização lexical é serem núcleos – e não sintagmas – que se movem para a flexão na derivação sintática, implica uma concordância rica. Isso explica o quase desaparecimento do clítico o/a, particularmente sensível nos dados de Pagotto (1992). O fato de os outros clíticos terem sobrevivido, embora com menos saliência na língua, deve-se ao fato de que puderam ser reinterpretados como *pronomes plenos* (sintagmas), deslocados por uma regra de adjunção, e não mais como *núcleos* movendo-se para Agr.

Com relação à implementação da categoria vazia a partir da pesquisa diacrônica de Tarallo (1996), Galves (1996, p. 399) verifica que o preenchimento da posição sujeito e objeto pode ser derivado de uma parametrização da concordância de sujeito que é fraca e da concordância de objeto que é forte:

Numa língua de concordância forte, o sujeito, no sentido tradicional, recebe o nominativo na posição de especificador de Agr, não havendo posição, no interior da oração para um outro sujeito. Por outro lado, o verbo está em Agr, numa posição adjacente ao Complementador para o qual pode mover-se, seja facultativamente, por razões de topicalização do verbo ligadas à organização informacional da oração, seja obrigatoriamente, nas estruturas interrogativas, devido a características interpretativas particulares dessas construções.

A mudança do paradigma pronominal brasileiro causa a fraca concordância verificada por Galves, o clítico acusativo na Gramática Gerativa é considerado como núcleo e possui uma concordância forte, como não é possível no PB a posição objeto receber a concordância forte para licenciar o clítico acusativo, a posição objeto fica vazia, sendo preenchida por outras formas de objeto direto com a natureza de sujeito que difere de construções verificados em outras línguas, conforme a autora, que continua a sua análise:

Uma vez que Agr se enfraquece, e há uma dissociação entre o morfema Agr e o núcleo Agr, a posição Comp torna-se de acesso difícil para o verbo, já que um núcleo intermediário se interpõe entre a posição normal do verbo (Tempo) e Comp. Podemos interpretar assim a tendência à ordem Sujeito-Verbo que se afirma nas frases simples e nas interrogativas a partir do século XIX[...]. O elemento de concordância abstrato que domina a oração legítima, entre outras coisas, um tópico nulo que liga a categoria vazia objeto e permite que ela seja referencialmente identificada.

Para Kato (1993,1994 a, apud RAMOS, op.cit. p.18), o objeto nulo não é um fenômeno homogêneo que ocorre uniformemente nas línguas naturais. Daí a impossibilidade de analisá-lo como sendo apenas um tipo de categoria vazia. Para a autora, é a estrutura da sentença ou o contexto que definem o estatuto de tal categoria.

Depreende-se daí que a reorganização do sistema pronominal brasileiro favorece a mudança da natureza do clítico acusativo e causa a sua fraca concordância, e isso esclarece porque os traços semânticos do referente são relevantes, tanto para o objeto como para o sujeito, conforme alguns estudos.

Diante dessas constatações, estudar os aspectos da mudança lingüística do clítico acusativo na fala matagrandense comparando com outros estudos, na perspectiva paramétrica, implica estudar as modificações lingüísticas que estão ocorrendo no sistema pronominal brasileiro, contribuindo, assim, com estudos que versam sobre o parâmetro do objeto nulo do português brasileiro.

2.1.3 Sociolingüística Paramétrica

Seja para verificação da mudança lingüística em tempo real (pesquisas diacrônicas), ou em tempo aparente (pesquisas sincrônicas), a Sociolingüística Variacionista, através dos programas computacionais desenvolvidos pela teoria para trabalhar com regras variáveis (VARBRUL), tem dado importantes contribuições para os estudos da mudança paramétrica. Através desses programas, é possível quantificar os fenômenos lingüísticos variáveis e observar a implementação de uma mudança pelos diferentes contextos lingüísticos e sociais.

De acordo com Rizzi (1988), se uma língua perde uma propriedade básica que corresponde a um certo conjunto de um parâmetro, a predição imediata é que

ela perderá também as outras propriedades relacionadas a esse conjunto, isto é, a língua em questão entrará numa fase de instabilidade que será resolvida pela eliminação de algumas propriedades relacionadas ao valor abandonado, e pela limitação de algumas delas, como vestígios de registros estilísticos especiais ou como marcas de construções cristalizadas.

Nesse sentido, a teoria de Princípios e Parâmetros complementa a análise da Sociolingüística Variacionista, porque aponta não somente a origem de tal mudança na estrutura lingüística, bem como os efeitos que essa tal mudança pode provocar no sistema lingüístico, ou seja, nas palavras de Galves (1996, p. 395), “o conjunto de fenômenos atestando uma mudança deve ser explicado por uma só causa profunda. Isso fornece uma explicação para a noção de encaixamento proposta pela teoria laboviana”.

Depreende-se daí que através da associação da Sociolingüística Variacionista com a Teoria de Princípios e Parâmetros, esta pesquisa pretende mostrar que a ‘união’ entre estes dois modelos poderá favorecer a compreensão do estudo da mudança do *clítico acusativo*, permitindo que através das noções de encaixamento e implementação associadas às propriedades do parâmetro, se possa analisar algumas etapas envolvidas em um processo de mudança lingüística.

Veremos em seguida, como se encaixa a variável do *clítico acusativo* no sistema pronominal brasileiro e como ocorre a mudança no sistema lingüístico.

2.1.4 O Sistema Pronominal Brasileiro

Os fatores responsáveis pela mudança com o *clítico acusativo* que vem ocorrendo no sistema pronominal brasileiro são basicamente os abaixo especificados, (cf. GALVES, 1998; RAMOS, 1999; e FREIRE, 2000).

a) *enfraquecimento da morfologia de concordância.*

Mostra-se fraca a concordância que não contém pessoa ou contém pessoa como um traço meramente sintático. É justamente isso que ocorre no PB, pois não existe na flexão verbal oposição entre a primeira, segunda e terceira pessoas, mas apenas uma oposição binária: pessoa (primeira)/ não-pessoa (terceira) articulada a uma posição singular/plural.

b) *Restruturação no quadro dos paradigmas pronominais e flexionais:*

As alterações sofridas no paradigma das formas nominativas - (tu/ você); (nós /a gente); (vós, extinto) - incidem no uso da forma objetiva, sendo que a terceira pessoa é a que mais sofre alteração nas três funções: acusativa, dativa e reflexiva.

Para melhor ilustrar o perfil dessas variantes, o quadro a seguir procurará descrever o retrato, o mais fiel possível, dos usos dos pronomes no português coloquial brasileiro:

PARADIGMA PRONOMINAL DAS VARIEDADES DO PB COLOQUIAL			
PESSOA / NÚMERO	SUJEITO	OBJETO DIRETO	OBJETO INDIRETO
1ª sing.	Eu	Me	Para mim, me
2ª sing.	Tu você	Te Lhe, você	Para ti, te Lhe, para você
	Você	Você, te, lhe	Para você, te, lhe
3ª sing.	Ele/ela	ϕ, o, ele/ela, lhe	Para ele/ ela, lhe
1ª plural	Nós	Nos	Para nós, nos
	A gente	A gente	Para a gente
2ª plural	Vocês	Lhes, vocês	Lhes, para vocês
3ª plural	Eles/elas	ϕ, os, eles/elas, lhes	Para eles/elas, lhes

Ramos (1999, p.10)

De acordo com o quadro acima, o uso da forma *a gente* concorre com os pronomes *eu* e *nós* na referência à primeira pessoa. Omena (1996 apud FREIRE, 2000, p.10-11) analisa essa variante e faz a seguinte afirmação:

a expressão *a gente*, do substantivo feminino latino *gens*, *gentis*, originalmente era usada para nomear, de forma coletiva e indeterminadora, um agrupamento de seres humanos com características comuns. Graças à tendência de o falante centralizar seu discurso na primeira pessoa e ao fato de o substantivo *gente* fazer uma referência indeterminadora ao indicar um conjunto de pessoas, a forma *a gente* passou a designar, acompanhada pelo artigo, a primeira pessoa do discurso tanto no singular, como no plural.

Freire (2000) ressalta ainda que as conseqüências das substituições do pronome *nós* pela forma *a gente* e dos pronomes de segunda pessoa direta *tu/vós* pelos de tratamento *você/s*, houve uma considerável redução do paradigma verbal: com apenas três formas verbais distintas no presente e no pretérito perfeito e apenas duas nos demais tempos para identificar as seis pessoas gramaticais.

Ramos (1999, p. 10) argumenta que os estudos que versam sobre o PB afirmam que o pronome *tu* não é mais usado no país, exceção feita apenas à variedade regional do Rio Grande do Sul. Conforme a autora: “nas variedades sem o pronome *tu*, em algumas zonas, a forma *lhe*⁷ migrou da terceira para a segunda pessoa e alargou seu domínio, passando seu uso a ser tanto dativo quanto acusativo em algumas localidades como Salvador, Maceió, Recife e João Pessoa”. Fato também verificado por Nascimento (1998) em textos informais na cidade de Maceió.

No entanto, a autora relaciona ainda algumas áreas onde ainda persiste o uso do *tu* dependendo do contexto comunicativo. Tenório (2002, p. 54) que trabalhou com *O uso das formas Tu e Você em diálogos de maceioenses*, ressalta que “a forma *tu* ganha mais força que a forma *você* em situações de intimidade ou ironia” .

Concordamos com Ramos (1999, p.09), quando a autora acrescenta que “o uso de um ou de outro tratamento não é necessariamente recíproco, e que sob o rótulo de *intimidade*, *respeito* e *cortesia* estão fatores como idade, nível de instrução,

condição social (igual ou diferente) que intervêm na opção do falante por uma ou outra forma”.

Essas constatações refletem o grau de instabilidade que permeia o sistema pronominal brasileiro e corrobora a tese de Labov quanto à variação lingüística que pode ocorrer de região para região, de comunidade para comunidade ou até mesmo numa mesma pessoa e que fatores externos à língua são bastante relevantes do ponto de vista da análise lingüística.

Assim, como existe um sistema de oblíquos associado às formas do nominativo de segunda pessoa “tu” e “vós”, somos levados a acreditar também como o fez Galves (1996), Ramos (1999) e Freire (2000) que as variações ocorridas com o *clítico acusativo de terceira pessoa* podem estar associadas à reorganização dos paradigmas pronominais e flexionais provocada pela perda desses nominativos no português falado brasileiro.

2.1.3. Realidade sócio-espacial de Mata Grande-AL.

Mata Grande localiza-se na Micro Região do Sertão Alagoano, no extremo Oeste do Estado, avançando até a divisa com o Estado de Pernambuco e pertence à chamada Zona fisiográfica serrana.

Em todo o município há 9.444 alunos matriculados, sendo 7.857 alunos em escolas públicas municipais e 1.587 alunos em escolas públicas estaduais. Distribuídos em 93 estabelecimentos de ensino (88 da rede pública municipal e 5 da rede pública estadual) com atuação de 299 docentes (246 da rede pública municipal e 53 da rede pública estadual). Já no ensino médio, uma vez que não existe escola pública de nível médio o número de matriculados diminui, há apenas 387 alunos matriculados, estudando em apenas uma escola da rede privada.

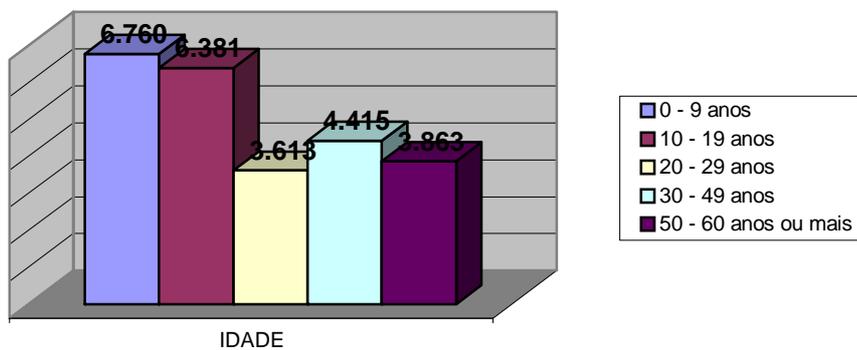
FAIXA ETÁRIA POR HABITANTES

IDADE	TOTAL
0 - 9	6.760
10 -19	6.381
20 - 29	3.613
30 - 49	4.415
50 – 60 ou mais	3.863

Fonte: Censo (IBGE, 2000).

Como podemos verificar de acordo com a tabela acima, a grande população formada por crianças e jovens concentra-se na faixa etária de 0 a 9 anos (6.760) e de 10 a 19 anos (6.381) enquanto as outras três faixas etárias: de 20 a 29 anos, de 30 a 49 anos e de 50 a 60 anos ou mais, juntas somam apenas (11.891), menos do que a soma das duas primeiras faixas etárias. Vejamos essas diferenças no gráfico ilustrado abaixo.

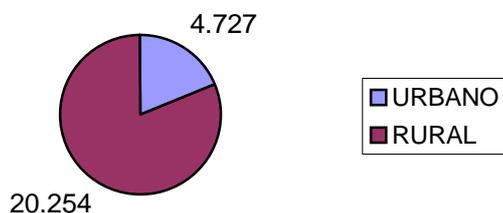
FAIXA ETÁRIA POR HABITANTES



POPULAÇÃO

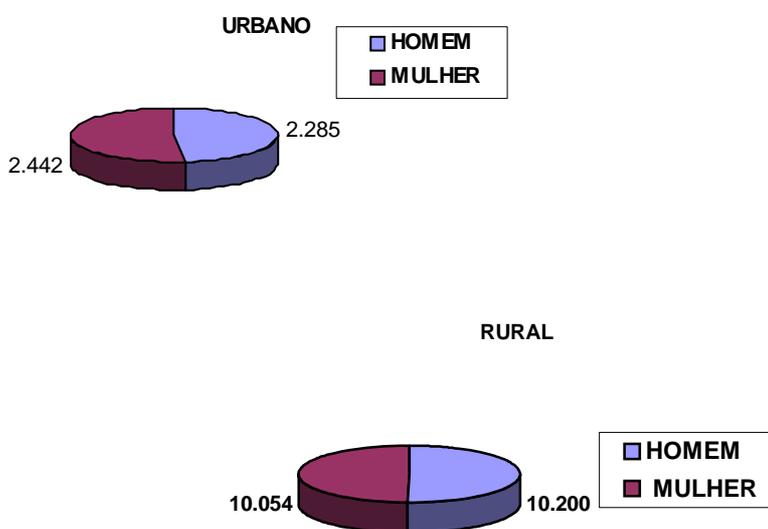
	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANO	2.285	2.442	4.727
RURAL	10.200	10.054	20.254
TOTAL	12.485	12.496	24.387

POPULAÇÃO



Como podemos perceber de acordo com o gráfico acima, a grande maioria da população concentra-se na zona rural com 20.254 habitantes, enquanto os habitantes da zona urbana são a minoria, somam-se 4.727 habitantes.

Com relação ao sexo dos informantes, tanto na zona urbana como também na zona rural os números são uniformes.



A lavoura é a principal fonte de renda do município, destacando-se as plantações de feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, algodão e mamona. Seus excedentes são exportados para Pernambuco, São Paulo e Paraíba. É regular a situação da Pecuária; as raças Zebu e Holandesa predominam nos rebanhos.

O transporte é realizado por meios rodoviários, embora a tração-animal continue sendo bastante utilizada na zona rural. A distância para Maceió, a capital do Estado, é de 266 km. Sua densidade demográfica é de 26,41 Hab/km². Em extensão territorial é o maior município do Estado com uma área de 923,4 km².

2.2. Metodologia

2.2.1. Objetivos e hipóteses da pesquisa

O objetivo principal dessa pesquisa é comparar, à luz da Teoria da Variação Lingüística em interface com a Teoria de Princípios e Parâmetros, dados da língua falada em Mata Grande, referentes ao uso do clítico de 3ª pessoa e suas possíveis substituições, numa amostra sincrônica da língua oral, com dados retirados de Duarte (1986), que dizem respeito, também, ao fenômeno em estudo.

A literatura sobre os clíticos, especificamente, sobre o clítico de 3ª pessoa é abundante, citaremos alguns autores: (OMENA, 1978; PEREIRA, 1981; TARALLO, 1983 apud DUARTE, 1986; DUARTE 1986; RAMOS, 1999; FREIRE, 2000; GALVES, 2001; dentre outros). Este tem sido o lugar de muitas discussões no âmbito da pesquisa lingüística, e por isso, tem tido posição privilegiada, seja no campo da fonologia, morfologia ou sintaxe (cf. RAMOS, op.cit.).

Apesar de a literatura sobre esse assunto ser abundante, a opção de se fazer uma análise comparativa do resultado da presente pesquisa com os resultados encontrados na tese de mestrado de Duarte (op.cit.) intitulada '*Variação e Sintaxe: Clítico acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*', ocorre por três razões: 1) a dissertação de Duarte foi o ponto de partida da pesquisa desse fenômeno que motivou um trabalho de iniciação científica, ficando a análise

comparativa para um trabalho posterior; 2) mesmo sabendo que o trabalho de Duarte (1986) abrangia o português do Brasil e, por isso, além da fala natural de informantes paulistanos, conter textos de alunos de 2º grau, entrevistas transmitidas pela TV e episódios de novelas, conseguimos restringir a análise comparativa somente aos resultados com informantes paulistanos, e isso é pertinente à análise, devido ao fato de estes dados terem sido coletados segundo a mesma metodologia utilizada por nós para a coleta dos dados da cidade de Mata Grande-AL; 3) ao comprovar as variações desse fenômeno na língua falada em Mata Grande-AL, cidade interiorana da região do nordeste, e fazer um confronto desses resultados com resultados encontrados na língua falada em São Paulo, cidade pólo da região sudeste do Brasil, possivelmente, além desse trabalho buscar contribuir para a compreensão das variações existentes na cidade de Mata Grande-AL, irá contribuir também para os estudos lingüísticos com dados inovadores de uma cidade de Alagoas, através da análise comparativa Mata Grande x São Paulo.

Durante o percurso do trabalho, pretendemos responder às seguintes questões:

- estará o clítico acusativo de 3ª pessoa, também, em processo de mudança na língua falada em Mata Grande?
- e se estiver, serão os mesmos fatores lingüísticos apontados por Duarte(1986), Freire (2000), e outros, detectados na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil que estão influenciando a não realização dessa forma lingüística?
- ou ainda, serão os mesmos fatores sociais: idade e escolaridade detectados no trabalho de Duarte (op.cit.) que estão influenciando o nível de variação ou estágio de mudança de uma forma à outra?

As hipóteses que servirão de base para o levantamento dos fatores lingüísticos e extralingüísticos que podem estar condicionando a variação do objeto direto anafórico são as seguintes:

- Fatores lingüísticos como a forma verbal e a estrutura sintática da frase parecem favorecer a variação do clítico acusativo na língua falada em Mata Grande-AL.
- Fatores extralingüísticos como a faixa etária e o nível de escolaridade mais altos parece que estão favorecendo o uso da variante padrão e o da categoria vazia que não são socialmente estigmatizados. Contrariamente, a faixa etária e o nível de escolaridade mais baixos parece que estão propiciando o uso da variante não-padrão, o pronome lexical.
- A análise comparativa dos dados de Mata Grande-AL com os dados de São Paulo-SP, Duarte (1986), poderão propiciar uma maior compreensão das variações ocorridas com o fenômeno em estudo.

2.2.2. *Constituição do corpus da pesquisa*

As técnicas de entrevista utilizadas nessa pesquisa, bem como o método de coleta de dados empregado, tiveram como paradigma teórico o modelo laboviano quanto à análise lingüística de dados quantitativos. Os dados contidos no *corpus* do trabalho foram obtidos através de gravações eletromagnéticas estando disponíveis no Banco de Dados do LUAL (Língua Usada em Alagoas) do projeto PRELIN (Programa de Estudos Lingüísticos). No *corpus* estão contidos 2 tipos de entrevistas, uma, baseada em narrativas, e outra direcionada ao objeto em estudo, no total, há

12 informantes matagrandenses entrevistados, com as seguintes características: (I) 06 informantes do sexo masculino e 06 do sexo feminino, pertencentes à faixa etária de 15 a 25, 26 a 49 e 50 em diante, o que permitirá observar a variação ou mudança a partir da perspectiva do tempo aparente (cf. LABOV 1983; TARALLO, 1985). Outra variável por nós levantada foi a escolaridade, sendo dois informantes analfabetos, dois com ensino fundamental (1º ciclo incompleto), dois com o 2º grau completo, dois com o 2º grau incompleto, dois com 3º grau completo e dois com 3º grau incompleto; (II) cidade – procura de um entrevistável - critérios a observar: as pessoas teriam que ser residentes e domiciliados na cidade de Mata Grande-AL. (III) o primeiro contato foi feito informalmente na casa do entrevistado, na escola ou simplesmente na rua; (IV) elaboração da ficha social e marcação da entrevista; (V) o questionário para a entrevista foi feito com a colaboração direta da nossa Orientadora; (VI) a entrevista propriamente dita criou situações propícias para a obtenção dos dados que constituem o *corpus*.

Segundo os critérios previstos, acima especificados, tivemos um contato informal com nossos informantes, e formulamos o convite para a entrevista e, após a sua aceitação, fizemos o agendamento (local, dia e hora do encontro para a sua realização); deixando-os cientes de que, possivelmente, suas falas seriam gravadas e que o tema seria a cidade de Mata Grande – como era antigamente e a situação atual, hoje. Labov (apud OLIVEIRA E SILVA, 1996, p.102), recomenda que o investigador se apresente de modo simples e peça ajuda do tipo “sou daqui mesmo” ou “sou de fora” e “meu trabalho consiste em encontrar as diferentes maneiras como as pessoas vivem nos diversos bairros” (ou tribos, ou famílias, etc), ou ainda “sou pai de adolescentes e gostaria de saber como vivem os jovens daqui”.

No dia, local e hora marcados, encontramos-nos. A conversa deu-se num clima familiar, onde conversamos sem que o entrevistado(a) pudesse ficar sabendo que a pesquisa seria sobre suas falas, uma vez que, conforme Oliveira e Silva (1996, p. 102) “tampouco é recomendável que o investigador dê explicações em demasia, como, por exemplo: “sou lingüista e estudo a queda do –r no infinitivo”. O lingüista que calamitosamente assim procedesse, poderia ter certeza de que todos os –r estariam no seu devido lugar, tornando então a pesquisa desnecessária”.

A opção de ter sido direcionada a pesquisa do fenômeno para falantes do interior, e esse interior ser Mata Grande, teve dois motivos: Em primeiro lugar, quisemos comprovar qual o comportamento lingüístico dos falantes em cidades longínquas com relação à capital do Estado. Para melhor adquirir a espontaneidade da fala, seguindo a proposta de Labov (1983) quanto à coleta de dados em contextos reais de fala natural e espontânea, optamos por fazê-la na nossa cidade natal, em contextos os mais espontâneos possíveis. Em segundo lugar, por ser um trabalho de cunho comparatista, quisemos contrapor duas realidades lingüísticas distintas: a fala alagoana, mais especificamente a sertaneja(Mata Grande), e a fala paulistana.

Na primeira etapa da pesquisa, fizemos um primeiro levantamento de dados com 6 informantes, tentando resgatar a memória histórica dos matagrândenses sem a preocupação de elicitare o fenômeno lingüístico específico para a análise. No entanto, os dados lingüísticos dessas entrevistas não foram suficientes para analisar o objeto investigado, uma vez que o fenômeno investigado ocorre somente com verbos transitivos diretos e, apenas, em alguns contextos das entrevistas ele apareceu, principalmente, levando-se em conta que as perguntas foram formuladas com verbos de ligação: “Como era Mata Grande antigamente?” , e se obteve a

resposta também com verbo de ligação: “Mata Grande era...”, esporadicamente, lá pelo meio da conversa acontecia um verbo transitivo direto.

Concordamos de um lado com Freitas & Alban (1986, p.100) quando afirmam que “[H]á falantes que simplesmente repetem o que ouvem”, e de outro lado, com Labov (apud MONTEIRO, 2000, p.34). quando esclarece que “[O] pesquisador, com a ajuda de instrumentos apropriados, poderá conseguir uma boa soma de dados. Basta às vezes elaborar um questionário direcionado para as respostas que deseja obter ou variar as formas das entrevistas, acrescentando leitura e provocando narrativas de experiência pessoal, em que o discurso se torna bem espontâneo”

Na segunda etapa da pesquisa, aproveitando três temáticas que eram no momento fatores problematizantes naquela população : o São João, uma virose e uma mulher morta pelo marido, elaboramos perguntas direcionadas ao objeto em estudo nas quais os informantes, apesar de, às vezes, retomarem a pergunta, discorreram sobre as respostas naturalmente, fornecendo-nos através de suas falas o objeto direto variável.

Partindo dessas entrevistas, buscamos ampliar o *corpus* da pesquisa, considerando os fatores - lingüísticos e extralingüísticos que condicionam a ocorrência do fenômeno lingüístico - para posterior análise comparativa com os dados de Duarte (1986).

Neste trabalho, estamos selecionando e recontando os dados na mesma perspectiva teórica metodológica adotada por Duarte (1986), uma vez que esses dados já haviam sido contados anteriormente, por nós, em um primeiro trabalho de iniciação científica numa abordagem, apenas, variacionista.

2.2.3. Seleção e codificação dos dados

A partir da leitura da dissertação de Duarte (1986), selecionamos, apenas, os objetos diretos variáveis que tinham sido anteriormente relacionados no mesmo discurso (anafóricos). Para isso, juntamos os dados selecionados nos dois *corpora*, o *corpus* constituído na 2ª etapa da pesquisa e o *corpus* constituído na 1ª etapa, excluindo deste o que não era anafórico e formando um só *corpus*.

Para a seleção dos dados, seguimos alguns critérios adotados por Duarte (1986). Nessa seleção, só foram computadas as ocorrências de objeto direto co-referencial com um SN mencionado no discurso que admitiam a retomada pelo clítico, como no exemplo dos dados de São Paulo (5) e dos dados de Mata Grande (6):

São Paulo:

- (5) Mas a F é uma pessoa difícil. Olha, eu conheço ela há vinte anos. Eu **a** conheço desde que eu vim pra este bairro (Duarte, idem, p.13).

Mata Grande:

- (6)... a mulher estava irreconhecível – quer dizer eu não **a** conhecia – mas – **a** vi na fotografia – e ela estava irreconhecível (MG.L205.P08.IF).

Casos de repetições da mesma estrutura foram computados como uma só ocorrência:

Como nos dados de São Paulo:

- (7) (Como é que você conheceu seu marido?)
Meu pai foi trabalhar na roça. Aí eu fui. E lá eu fiquei conhecendo **ele**. Fiquei conhecendo **ele** e, num prazo de quatro meses, casamos (SP85-31-765).

Assim também nos dados de Mata Grande:

(8)... matá a mulé sem pricisão?- já não tava largado? – pra que mais vivê ou – pra que mais ir atrás dela? – não adiantava – né? – só pra matá ϕ mermo – só foi só: pra matá ϕ – né? (MG.L141.P06.IM).

Foram excluídos do cômputo geral de dados:

a) casos de repetição do verbo na pergunta equivalendo a uma resposta afirmativa:

(9) (A senhora conhece o padre Cizo?)

ϕ conheço ϕ (P04.L96.IF).

(10) (Você manda o seu filho assistir a missa?)

ϕ mando ϕ - todos os Sábado – Domingo (P04.L091.IF).

(11) (Como é que você vê o São João?)

ϕ vejo ϕ como uma festa típica – tradicional (P10.L263.IM)

b) Os casos de repetições de frases enunciados pelo entrevistador lideraram na exclusão dos dados no cômputo geral:

(12) (Você levou a sua filha para ver a quadrilha?)

ϕ não levei ϕ – quem levou ϕ foi minha esposa. (P10.L261.IM)

(13) (Chegou a vê-la no caixão?)

ϕ não - cheguei a vê-**la** no caixão – não (P10.L278.IM).

(14) (Como foi que a senhora pegou a virose?)

eu peguei **ela** – eu tava na igreja na primeira sexta-feira - e adoeci lá na igreja (P.03.L62.IF).

Casos em que o objeto é inferido, a partir de um contexto sem menção de qualquer antecedente:

(15) intão eu tenho achado ϕ e eu vejo - que o governo dele tem sido o melhor - por atender - à pobreza – né? (P23.L748.IM1).

Durante a elaboração e seleção dos *corpora*, foi feita, paralelamente, a revisão bibliográfica com a finalidade de fundamentar este trabalho, visando aprofundar a análise dos fatores já levantados (lingüísticos e extralingüísticos) que condicionaram a ocorrência do fenômeno lingüístico.

As variáveis lingüísticas e extralingüísticas codificadas que estão sendo apresentadas a seguir e seus respectivos fatores selecionados foram:

VARIÁVEIS DEPENDENTES

1. Distribuição dos dados segundo a variante usada

Clítico Acusativo
Pronome Lexical
Categoria Vazia
Sintagma Nominal

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

2. Distribuição das variantes segundo a forma verbal

Tempo simples
Tempo Composto
Infinitivo
Locução verbal com infinitivo

3. Distribuição das variantes segundo a estrutura sintática da frase:

OD (SN)
OD ('S)
OD (SN) + 'S
OD (SN) + Pred.

4. Distribuição das variantes segundo o traço semântico do objeto

[+ animado]
[- animado]

5. Distribuição das variantes segundo o sexo dos informantes

Masculino
Feminino

6. Distribuição das variantes segundo a idade dos informantes

16 – 25 anos
26 – 49 anos
50 anos acima

7. Distribuição das variantes segundo a escolaridade dos informantes

1º grau
2º grau
3º grau

Concluídas as etapas da seleção dos fatores e da codificação dos dados, foi realizada a sua execução no programa computacional VARBRUL, responsável pela análise quantitativa, uma vez que trabalha com modelos matemáticos dando tratamento estatístico e probabilístico a esses dados lingüísticos variáveis.

2.2.4. O sistema computacional VARBRUL

O VARBRUL é um pacote de programas que foi desenvolvido por David Sankoff com o objetivo de implementar a proposta de William Labov quanto ao tratamento estatístico e probabilístico de dados lingüísticos e extralingüísticos variáveis.

O pacote é constituído por um conjunto de 10 programas: CHECKTOK, READTOK, MAKECELL, IVARB, TVARB, MVARB, CROSSTAB, TSORT, TEXTSORT, e COUNTUP.

Os programas necessários para uma análise de regra variável são os seguintes: CHECKTOK, READTOK, MAKECELL E IVARB OU TVARB OU MVARB; os três primeiros têm como função básica: corrigir e preparar os dados para serem submetidos aos programas IVARB, TVARB ou MVARB.

O IVARB é o programa de regra variável que faz análise dos pesos relativos ou análise probabilística na forma binária, ou seja, para duas variantes. O programa TVARB, por sua vez, executa os cálculos na forma terceária (três variantes), e o MVARB executa os dados na forma eneária (quatro ou cinco variantes).

Computamos os dados lingüísticos do objeto direto variável no sistema computacional VARBRUL com todos os fatores lingüísticos e extralingüísticos levantados. Por ser uma análise comparativa, fizemos duas rodadas no VARBRUL e obtivemos dois resultados, assim como fez Duarte (1986) em seu trabalho. Para o primeiro resultado estatístico foi excluída a variante “sintagma nominal” do cômputo geral dos dados para observar como se comportavam as três variantes do objeto direto: a variante padrão *clítico acusativo* vs as duas variantes não-padrão, *pronome lexical* e *categoria vazia*. Já para o segundo resultado estatístico foi incluída novamente a variante “sintagma nominal” para verificar o comportamento das quatro formas variantes no tocante à forma de representação do clítico acusativo para uma posterior análise lingüística comparativa desses resultados.

No primeiro momento, processamos os dados nos programas geradores supracitados que deram as porcentagens das ocorrências lingüísticas e também os prepararam para serem corrigidos e submetidos ao programa MVARB que fornece

os números probabilísticos. No entanto, não conseguimos obter os números probabilísticos dos dados, e portanto, não foi possível completar a rodada do VARBRUL porque esses programas, uma vez que aconteça a não ocorrência de um dado fator em alguma variante, exibem mensagens de erros, denominadas de 'Knockouts' que são aplicações 0% para não ocorrência e 100% divididas para as demais ocorrências.

No segundo momento, para continuarmos com o bom andamento deste estudo através da utilização do sistema computacional VARBRUL, optamos por trabalhar apenas com os números estatísticos, uma vez que, para realizar o número probabilístico através do programa MVARB e completar o processamento dos dados lingüísticos e extralingüísticos, teríamos que eliminar alguns fatores e até mesmo grupos de fatores responsáveis por esses "knockouts". Com a eliminação de um grupo de fatores que seria importante para a análise, o resultado lingüístico seria prejudicado, uma vez que são esses números que fornecem subsídios ao lingüista para analisar o fenômeno lingüístico.

De acordo com o exposto acima e a partir dos resultados estatísticos, buscamos interpretações para o fenômeno das formas alternativas do objeto direto anafórico *de terceira pessoa* na língua falada em Mata Grande, bem como a análise comparativa dos fatores sociais: idade e escolaridade com os dados de Duarte (1986) da fala paulistana.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Introdução

Neste capítulo apresentaremos, na seção (3.1.2), a realização lingüística de cada variante do objeto direto anafórico: *clítico acusativo*, *pronome lexical*, *categoria vazia* e *sintagma nominal* da língua falada na cidade de Mata Grande. Na seção (3.1.3), faremos a análise e interpretação lingüística dos resultados quantitativos a que foram submetidos os dados da amostra da cidade de Mata Grande, pelo sistema computacional VARBRUL. Continuando a análise, na seção (3.1.3.3), iremos fazer, finalmente, a análise lingüística comparativa dos fatores sociais idade e escolaridade das duas cidades analisadas, Mata Grande e São Paulo.

3.1.1. Total dos dados computados – 50 ocorrências

Tabela 3.1. Distribuição dos dados computados segundo a variante usada.

VARIANTES	OCORRÊNCIAS	%
Clítico Acusativo	5	10
Pronome Lexical	10	20
Categoria Vazia	20	40
Sintag. nominais (outras)	15	30
Total	50	100

Computadas todas as ocorrências de objeto direto anafórico na fala dos informantes matagrandenses (cf. 3.1), foram quantificadas as variáveis dependentes com as suas variantes: 5 casos ocorreram com o clítico acusativo (10%), 10 casos

com o pronome lexical (20%), 15 casos com SNs anafóricos (30%) e 20 casos com a categoria vazia (40%), e as variáveis independentes com os grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos encontram-se abaixo especificados:

3.1.2 Variáveis Dependentes (Variantes)

3.1.2.1. O envelope de variação

a) uso do clítico acusativo

(16) ... vem muita gente do sítio - e termina - enfrentam muitas filas - a fila enorme - e: quando acaba o expediente - o médico não quer atendê-**lo[s]** (MG.P22.L711.IM1).

b) uso do pronome lexical

(17) ... Liziane – ela não quis ir – só tenho ela – né? – mandei **ela** – e ela disse que num ia – então – né? (MG. P03.L054.IF).

c) uso da categoria vazia

(18)... porque a televisão tem se mantido de tudo conte não presta – - elas verem ϕ - pronto - porque toda sem-vergonhice tá passando pela televisão (MG.P10.L332.IM1).

d) uso do sintagma nominal, ou seja, outras formas preenchidas para substituir o clítico acusativo.

SNs lexicais

(19).. mai eu gostava munto de Getúli - mai Getúli -eu vi **Getúli** mai a muié (MG.P3.L84.IF1).

SNs lexicais com determinante modificado

(20) .. quando acontece um caso desses – aí coloca a moeda na boca do defunto – na boca da defunta no caso – aí a sobrinha dela colocou ϕ – aí - quando coloca **essa moeda** – é: - o bandido que tá – aonde ele estiver - não consegue - se orientar e correr – ele - a tendência dele é voltá para o lugá que ele fez o crime (MG.P08.L218.IF).

SNs oracionais

(21) [o presidente] eu vejo ele assim – muito irresponsável – porque eu acho **que ele já sabia de tudo isso que ia acontecer** – né?
(MG.P12.L341.IF).

Uso do pronome demonstrativo isso:

(22) essa nova mudança aí - que o nosso presidente fez - tem favorecido mais - a: pobreza - ao pessoal de classe baixa é: - possui hoje em dia uma linha telefônica em sua residência - antigamente nós não víamos **isso** – né? (MG.P23.767.IF1).

3.1.3. Variáveis Independentes

3.1.3.1. Variáveis Lingüísticas

3.1.3.1.1. Forma Verbal

Alguns estudos registram que a forma verbal é um condicionamento muito importante para aquisição do *clítico acusativo*, (cf. DUARTE, idem, p.23), “é a forma verbal, o fator que sustenta suas esporádicas ocorrências”. Resta-nos saber se são as mesmas formas verbais encontradas em outras regiões do Brasil, os fatores que

estão acelerando o processo de mudança do *clítico acusativo* na fala matagrandense e quais são os contextos que estão atrelados à sua ocorrência.

Dessa forma, cruzamos as variantes: *clítico acusativo*, *pronome lexical*, *categoria vazia* e *sintagma nominal* com a variável forma verbal com o objetivo de observarmos de que forma o verbo da oração - tempo simples, tempo composto, infinitivo ou locução verbal com infinitivo -, seria relevante para as ocorrências do clítico acusativo na fala matagrandense.

3.2. Distribuição das variantes usadas segundo a forma verbal

DADOS DE MATA GRANDE	TOTAL DE CASOS		CLÍTICO		PRON. LEXICAL		CATEGORIA VAZIA		SINTAGMA NOMINAL	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
FORMA VERBAL										
TEMPO SIMPLES	30	100	3	10	6	20	12	40	9	30
TEMPO COMP.	3	100	-	-	1	33	1	33	1	33
INFINITIVO	10	100	2	20	2	20	3	30	3	30
LOC. C/ INFINITIVO	7	100	-	-	1	14	4	57	2	29

Comprovamos a nossa hipótese inicial de acordo com a tabela 3.2, pois o *clítico acusativo* (5 casos) na fala matagrandense, como nos demais trabalhos citados, obteve baixo rendimento do total do cômputo geral dos dados. Dos 5 *clíticos* computados, 2 ocorreram após o verbo no infinitivo (20%) ou seja, em posição enclítica ao verbo e 3 ocorreram antes do verbo, no *tempo simples* (10%) ou seja, em posição proclítica ao verbo.

Tais resultados corroboram pesquisas realizadas nas regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, as quais apontam que são exatamente esses contextos que ainda apresentam a ocorrência do referido clítico, (cf. DUARTE, 1986; FREIRE, 2000). Já as formas verbais: *Tempo composto* e *Locução Verbal com o infinitivo*

foram formas ignoradas em construções com o fenômeno em apreço. Com isso, podemos supor que essas formas verbais podem estar influenciando o processo de mudança por que passa o *clítico acusativo* na fala matagrandense.

Posição proclítica ao verbo:

(27) ... [o padre Cizo] foi pra religião contrária – pra igreja católica – e aí ele estudou pra padre – e tudo – e tá aí: – tá agindo como padre – certo? - foi essa maneira que eu o conheci (MG.P09.L253.IF).

Posição enclítica ao verbo:

(28) ... ela tem o - sabe distinguir o que é certo do que é errado – não vejo motivo nenhum para proibi-la de alguma coisa (MG.P09.L259.IM).

Os exemplos (27) e (28) ilustram ocorrências de *clítico acusativo* em posição proclítica (pretérito perfeito do indicativo) e enclítica ao verbo no infinitivo, respectivamente, corroborando, assim, com os trabalhos supracitados. Para Duarte (1986, p.23), “o uso do clítico pré e pós verbal limita-se a formas já cristalizadas no português, não havendo dúvida de que é a forma verbal o fator que sustenta suas esporádicas ocorrências”.

Com relação ao uso da *categoria vazia*, os resultados obtidos na tabela **forma verbal** mostram que assim como nos trabalhos de Duarte (1986) e Freire (2000), nos dados de Mata Grande, também, a variante *categoria vazia* é a mais usada como representação do objeto direto anafórico e os fatores que mais favoreceram o seu apagamento foram o *tempo simples* e a *locução c/ infinitivo*. Do total do cômputo geral dos dados, 50 casos: 30 ocorreram com o *tempo simples* (12 casos com a categoria vazia, 40%) e 7 ocorreram com a *locução verbal com infinitivo* (4 casos com a categoria vazia, 57%).

Essa maior relevância lingüística com a variante *categoria vazia* centrado nestas duas formas verbais, corrobora e complementa os trabalhos realizados em outras regiões do Brasil. No trabalho de Freire (op.cit.), verificamos que dos 117 casos analisados, 72 casos ocorreram com o *tempo simples* (47 casos com a categoria vazia, 66%) e 31 casos ocorreram com a *locução verbal com infinitivo* (14 casos com a categoria vazia, 45%) como também no trabalho de Duarte (op.cit.), dos 1974 casos analisados, 1237 casos ocorreram com o *tempo simples* (789 casos com a categoria vazia, 63,8%) e 317 casos ocorreram com a *locução verbal com infinitivo* (193 casos com a categoria vazia, 60,9%).

Isso comprova que a variação lingüística não é um fenômeno isolado e sugere que as sentenças lingüísticas que apresentam tais formas verbais, provavelmente, estão em um estágio já bastante adiantado em relação ao processo de mudança por que passa a variante *categoria vazia* na língua falada em Mata Grande, como constatado nas demais regiões do Brasil. Além disso, nos exemplos ilustrados da fala matagrandense que serão apresentados a seguir podemos observar que a não realização do objeto direto anafórico está muito próxima de sentenças realizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. O parágrafo a seguir procura ilustrar os casos da variante *categoria vazia* em construções com o *tempo simples* e a *locução verbal com infinitivo*:

Tempo simples:

(23) – eu já terminei é – é - dois segundos graus - vô entrá no terceiro – depois faço a faculdade - quem sabe - se esse ano ou para o ano - eu não curso ϕ - é igualmente os otro - estão todos na espera de chegá o estudo superior - né? (MG.P26.L857.IF1).

(24) Já tentaram arrombar meu carro, e já arrombaram ϕ , tentaram levar, mas não levaram ϕ . (Freire, 2000, p.56)

Locução verbal com infinitivo

(25)... mandei fazê a matrícula - o minino não conseguiu fazê ϕ - qui já chegô lá atrasado (MG.P14.L457.IF1).

(26) Ele já fez todas as matérias. Ele não pode fazer ϕ de novo. (Freire, 2000, p. 56)

Com relação à variante *pronome lexical*, observamos sua ocorrência, de acordo com a tabela 3.2, nas seguintes formas verbais: 6 casos com *tempo simples do indicativo* (20%), 2 casos com o *infinitivo* (20%), 1 caso com *locução verbal com infinitivo* (14%) e também, 1 caso com *tempo composto* (33%) de ocorrências.

Tempo composto:

(29) segundo os comentários que eu ouvi na cidade - é que ela estava muito defeituosa - que ele tinha maltratado **ela** - o quanto pôde (MG.P08.L198.IF).

Assim, o falante brasileiro em contato com a escola se depara com duas formas do objeto direto que se opõem e entram em competição, por um lado o uso do *pronome lexical* que apesar de ser uma variante *estigmatizada* pela classe culta, enfatiza o discurso espontâneo e promove uma maior expressividade na fala, além de ser muito usado na língua coloquial brasileira, e, por outro lado, o *clítico acusativo*, *variante de prestígio*, além de não ser produzido pela gramática do português brasileiro, por ser considerado “como vestígios de registros estilísticos especiais ou como marcas de construções cristalizadas”, é átono e em muitos contextos não se adequa à fonologia da língua falada brasileira conforme exemplo dado por Duarte (1986) através do teste de percepção das variantes pelos

informantes paulistanos: Em perguntas (E as cartas?), tendo como resposta: “Ponha-as (coloque-as) no correio, por favor!”. O informante não teve dúvida: “Nossa/ Tá certo, mas é esquisito/ As pessoas não falam assim!” (cf. DUARTE, 1986, p.46).

Diante desse cenário em que formas variantes tentam se sobrepor, uma sobre a outra, o falante *escolarizado* encontra novas formas variáveis, (cf. DUARTE, 1984 apud MONTEIRO, 1994, p.173): “repete o sintagma anafórico ou cala o objeto direto, implementando à língua formas que não são totalmente estigmatizadas pela classe culta”,

Quanto ao uso dos *SNs anafóricos*, foi encontrada a seguinte distribuição: 9 com o tempo simples do indicativo (30%), 1 com tempo composto (33%), 3 com infinitivo (30%) e 2 com locução verbal do infinitivo (29%).

Tempo simples

(30)... ele chegava assim - tire esse minino bota pra dento – nós jogava o **minino** de casa pra dento - aí arrente entrava no forró (MG.P5.L163.IF1).

Tempo composto

(31) tivemos governadores - da terra – deputados - e tudo na política - né? - nós temos visto **isso** (MG.P22.L702. IM1).

Infinitivo

(32) já teve centro cirúrgico - mas – é – destruíram tudo - e hoje não tem φ ouço dizer **que estão reconstruindo o: centro cirúrgico** (MG.P14.L439.IF1).

De acordo com a tabela (3.3), do cômputo geral dos dados, percebemos que nas estruturas canônicas SVO, quando o objeto é um SN, há um equilíbrio entre as três variantes: *clítico acusativo* (13%), *pronome lexical* (17%) e *sintagma nominal* (20%), e um maior uso com a *categoria vazia* (50%).

No entanto, observando o cômputo geral das variantes, podemos constatar que as estruturas simples licenciam livremente as variantes do objeto direto anafórico: *clítico acusativo*, 5 casos (100%) e *categoria vazia*, 20 casos (100%), dependendo apenas do contexto comunicativo, devido à facilidade com que ele é retomado pelo tópico do discurso.

(34) rapaz tão trabaiadô - esse fio meu - foi pu sul – - prantá um açúca que tinha lá - e de lá - ele se fincô no mundo - até hoje nunca mai eu vi ϕ - tão trabaiadô (MG.P5.L138.IF1).

A sentença destacada no exemplo (34) ilustra ocorrência de objeto direto anafórico em estruturas simples em que o objeto direto é uma *categoria vazia*. Para Galves (1996, p.400), a questão do objeto nulo está intimamente ligada à dos clíticos. Dessa forma, podemos supor que por não haver restrições de uso, esta estrutura esteja impulsionando o processo de mudança por que passa o *clítico acusativo* na fala matagrandense.

Por outro lado, se a estrutura do objeto for um OD (SN) + Predicativo ou OD (SN) + 'S, há ocorrências, apenas, com a variante *pronome lexical* (100%) e para as demais variantes (0%) nas duas estruturas analisadas. Os dados analisados nessas duas estruturas são pouco conclusivos, devido ao baixo índice de ocorrências, a primeira estrutura apresenta 2 ocorrências e a segunda, apenas, 1 ocorrência.

OD (SN) + Predicativo

(35) [E]le é filho natural daqui – né? - vi **ele** novinho – aqui – criou-se aqui - formou-se lá pa São Paulo – e depois veio pra cá – uma boa pessoa também – né? – um bom padre. (MG.P04.L99.IF).

OD (SN) + 'S

(36)... minha mãe mermo - cansei de vê – **ela** - fazê - uns bucado de coisa (MG.P7.L228.IM1).

No entanto, esses resultados apontam para alguns estudos Duarte: (1986) e Freire (2000) que defendem que são exatamente essas estruturas, associadas ao traço [+ animado], (cf. exemplos: 35 e 36), que se fazem preferivelmente com o pronome lexical, que favorecem a realização fonológica do objeto.

Também em estruturas OD ('S), o resultado é pouco conclusivo, devido ao fato de o objeto ter ocorrido com apenas uma variante: *sintagma nominal* (100%).

(37)..... ele ficou doido – ficou doido - que ele ficou zanzando por aí – é tanto - que dormiu lá no Almeida – e pegaram ele lá dormindo – pra você vê **que tanta moleza ele deu** (MG.P08.226.IF).

A partir dos resultados quantitativos fornecidos pelo VARBRUL, podemos observar em relação à amostra matagrandense que a variável estrutura sintática da frase é significativa, apesar de não apontar todos os contextos que favorecem as ocorrências das variantes do objeto direto anafórico, aponta os contextos que ainda preservam o clítico acusativo e os que licenciam um maior uso da categoria vazia como é o caso da estrutura sintática OD (SN).

Assim, devido ao amplo uso da categoria vazia, podemos postular que fatores semânticos estão interferindo na realização do *clítico acusativo* e condicionando um maior uso da *categoria vazia* em Mata Grande como já foi verificado nos trabalhos realizados: Duarte (1986), Freire (2000) e Galves (2001) e dentre outros. Segue-se o condicionamento semântico [\pm animado] do referente, para verificarmos como os traços semânticos inibem ou influenciam o uso dessas variantes na fala matagrandense.

3.1.3.1.3. O traço semântico do antecedente

O traço semântico [\pm animado] do antecedente do objeto tem demonstrado ser, através de algumas pesquisas, extremamente importante na escolha da variante candidata à representação do objeto direto anafórico (cf. GALVES, 2001; FREIRE, 2000; DUARTE, 1986). Dessa forma, a nossa hipótese inicial foi a que também em Mata Grande o traço semântico do antecedente do objeto direto anafórico representa um condicionamento relevante quanto à escolha das variantes.

3.4 - Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do antecedente do objeto.

DADOS DE MATA GRANDE	CLÍTICO		PRON. LEXICAL		CATEGORIA VAZIA		SINTAGMA NOMINAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
TRAÇO SEMÂNTICO								
[+ ANIMADO]	5	21	10	42	4	17	5	21
[- ANIMADO]	-		-		16	62	10	38
TOTAL	5	100	10	100	20	100	15	100

De acordo com a nossa hipótese inicial, observamos que também nos dados de Mata Grande o traço semântico do antecedente do objeto se mostrou bastante

produtivo. Percebemos através desse demonstrativo que, quando o referente do objeto é [+ animado], há um maior favorecimento para o preenchimento do objeto: *clítico* (21%), *sintagma nominal* (21%), *pronome lexical* (42%), em menor uso a *categoria vazia* (17%), no entanto, quando o referente é [- animado], o maior favorecimento é para o cancelamento do objeto, *categoria vazia* (62%).

[+ animado]

(38) ainda domingo eu tive lá com ele – anteontem fui pro Inhapi e ontem fui pro quartel - visitá **ele** (MGP05.L125.IM).

(34) rapaz tão trabaiaadô - esse fio meu - foi pu sul – - prantá um açúca que tinha lá - e de lá - ele se fincô no mundo - até hoje nunca mai eu vi ϕ - tão trabaiaadô (MG.P5.L138.IF1).

[- animado]

(39) ... [o mestrado] eu prefiro fazê ϕ em São Paulo porque dentro de 45 dias eu faço ϕ – é bem mais caro - é bem mais caro - mas bem que a pessoa faz ϕ - e em 45 dias a pessoa já vem com o diploma na mão (P14.L452.IF1).

Como podemos ver, o grande detonador da mudança do *clítico acusativo* (0%) para a implementação da *categoria vazia* (62%) está relacionado ao antecedente do objeto ser o traço [- animado]. Duarte (1986, p.49) afirma: “O pronome lexical funcionaria como uma forma eleita para substituir o clítico na fala, quando se tem um antecedente [+ animado], e o apagamento do objeto, a maneira eficaz de substituí-lo nos casos de traço [- animado]”.

A sentença destacada no exemplo (34) ilustra ocorrência de objeto direto anafórico em estruturas simples em que o objeto direto é uma *categoria vazia*.

Nesse exemplo, como podemos ver, a posição de sujeito pronominal co-referente ao antecedente [rapaz tão trabalhador] é preenchida pelo pronome sujeito 'ele' e vazia quando esse 'ele' é o antecedente de um objeto direto na sentença [nunca mais eu vi ϕ]. Nesse caso, apesar de a posição de objeto direto se encontrar vazia, podemos retomar o referente 'ele', facilmente, pelo contexto discursivo.

De acordo com os resultados do trabalho em estudo e de alguns estudiosos, o traço semântico do objeto é o divisor de águas entre a forma preenchida [+ animado] vs. a forma vazia [- animado], isto é, não é muito comum em estruturas com antecedentes de traço [+ animado] a posição objeto se encontrar vazia. No caso particular da sentença (34), enunciada por um informante matagrandense, iremos analisá-la a partir das considerações de Galves (1984 apud DUARTE, 1986, p.61), quando ela propõe que, “no português do Brasil, tem-se, língua com fortes características de língua de tópico ou orientada para o discurso”,

Dessa forma, podemos perceber que apesar de o antecedente do objeto direto possuir o traço [+ animado] e o co-referente se encontrar vazio, o falante utiliza o antecedente [**ele** se fincou no mundo], retoma o sujeito pronominal 'ele' do antecedente e o utiliza na posição de tópico. Assim, o que há, na realidade, é apenas um movimento do objeto [e/e, até hoje, nunca mais eu vi ϕ], ou seja, o objeto se desloca da sua posição de argumento interno para a posição de tópico discursivo. Nesse caso, podemos supor que, na mente do falante, a posição de objeto não se encontra vazia e sim, enfática, destacada através do pronome sujeito 'ele' [até hoje, nunca mais eu vi **ele**] que, assim, teria a posição de objeto preenchida; o que justificaria a questão do apagamento do objeto em relação aos outros estudos que atestam a relevância do traço semântico para o preenchimento ou não do objeto. Do

contrário, caso o informante preenchesse a posição objeto com o pronome lexical 'e/e', ficaria redundante na mente do falante: [**ele**, até hoje, nunca mais eu vi e/e].

Galves (2001, p. 163) propõe que em sentenças de perguntas/ respostas, quando o pronome constitui uma informação nova dada pela resposta, recebe obrigatoriamente uma interpretação de foco e o traço semântico só pode ser [+ humano]. Daí, quando o pronome é o foco, a interpretação [- humano] é impossível.

Alguns estudos confirmam a relevância do traço semântico para o preenchimento ou não, tanto para o objeto como para o sujeito, conforme resultados de : Omena (1978), Braga (1986), Paredes Silva (1988), dentre outros.

Omena (1978 apud GRYNER e OMENA, 2003, p. 92) analisou a variação entre anáfora pronominal – *e/e* (*a*) (*s*) – e anáfora zero, isto é, a categoria vazia em função de objeto direto. Os resultados obtidos são bem marcados: os sujeitos animados tendem a ser referidos pela anáfora pronominal, com peso relativo (.83), em oposição aos não-animados, com (.17).

A análise da variação entre construções topicalizadas e não-topicalizadas, realizada por Braga (1986 apud GRYNER e OMENA, idem, ibid.), também aponta a relevância dos traços na escolha das variantes. Nas construções topicalizadas, novamente a variante copiadora é favorecida por SNs [+ animado] (.65) e desfavorecida pelos SNs [- animado] (.34),

Paredes Silva (1988 apud GRYNER e OMENA, idem, ibid.), ao estudar a alternância entre SN pleno, pronome e anáfora zero em sujeitos de terceira pessoa na escrita informal, também constatou a forte correlação entre o traço animado e a escolha da forma pronominal. Os referentes animados apresentaram peso relativo de (.75) para uso do pronome, opondo-se aos inanimados com peso de (.25).

De acordo com os trabalhos citados, os traços semânticos que condicionam a forma preenchida ou não do objeto e do sujeito parecem estar operando da mesma forma em todo o Brasil.

3.1.3.2. *Variáveis Extralingüísticas (Variáveis Sociais)*

Nesta seção, apresentaremos os resultados quantitativos dos fatores sociais: sexo, idade e escolaridade fornecidos pelo programa computacional VARBRUL, referentes às ocorrências das formas alternativas do uso do objeto direto anafórico na fala matagrandense, bem como a análise comparativa dos dados: idade e escolaridade com os dados de Duarte (1986) com o objetivo de verificarmos o nível de variação ou estágio de mudança em que se encontra o fenômeno pesquisado nas duas cidades analisadas. Segundo Labov (1983 apud CAVALCANTE, 2001, p.99), “é impossível compreender a evolução de fenômenos lingüísticos variáveis fora da vida social da comunidade na qual eles são produzidos”.

Apesar de Duarte (op. cit.) não ter considerado relevante a análise da variável gênero/sexo em seus dados, analisaremos, à parte, essa variável, porque vários estudos na perspectiva da Sociolingüística Variacionista apontam que os fatores sociais, incluindo a variável em questão, não somente podem interferir de forma significativa nos fenômenos de variação lingüística, como também podem ser os desencadeadores de um processo de mudança lingüística.

Levando, também, em consideração alguns estudos – Mollica (2003), Paiva (2003), Votre (2003) -, postulamos que os falantes do sexo feminino tenderiam a usar o *clítico acusativo* muito mais do que os falantes do sexo masculino; que os falantes de faixa etária acima de 50 anos por ser aqueles de menor escolaridade, ou seja, aqueles que cursaram somente o primeiro grau, seriam os que menos usariam

o *clítico acusativo* e que os falantes residentes em São Paulo seriam os que estariam em um estágio mais avançado em relação à implementação da categoria vazia no sistema lingüístico do que os falantes residentes em Mata Grande-AL.

Tabela 3.5. Distribuição das variantes usadas segundo a variável extralingüística gênero: sexo

DADOS DE MATA GRANDE	TOTAL DE CASOS		CLÍTICO		PRON. LEXICAL		CATEGORIA VAZIA		SINTAGMA NOMINAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
MASCULINO	11	100	2	18	3	27	3	27	3	27
FEMININO	39	100	3	8	7	18	17	44	12	31

Conforme a tabela acima, podemos perceber que, do cômputo geral dos dados (5 casos) de clítico acusativo, 3 casos foram registrados na fala do informante do sexo feminino, confirmando, assim, a nossa hipótese inicial quanto ao fato de ser este sexo que mais se apropria da variante padrão, (cf. PAIVA, 2003, p.40):

A maior consciência feminina ao *status* social das formas lingüísticas pode ser atribuída também ao maior formalismo associado aos papéis femininos e ao fato de a posição da mulher na sociedade estar menos assegurada do que a do homem. Tal formalismo, transferido para as situações interacionais vivenciadas pela mulher, se traduz na necessidade de resguardar a face e de manifestar um comportamento que garanta sua aceitação social.

Essa consciência feminina ao *status* social é também confirmada pela relevância do uso das outras variantes, candidatas ao objeto direto anafórico, que são menos estigmatizadas: o sintagma nominal (31%) e a categoria vazia (44%), que, segundo Duarte (1986), com relação ao uso dessas duas variantes, 'são formas de esquiva ao *pronome lexical* (variante estigmatizada)'.
'

Já o informante masculino utiliza as variantes do objeto direto anafórico de forma bem equilibrada: *clítico acusativo* 2 casos (18%), *pronome lexical* 3 casos (27%), *categoria vazia* 3 casos (27%) e *sintagma nominal* 3 casos (27%). De acordo com esses resultados, não há uma maior atenção ao uso de uma forma ou outra pelos falantes do sexo masculino, isto é, não há uma preferência lingüística por formas padrão ou estigmatizada, ficando o uso dessas variantes, por esse grupo, restrito ao contexto discursivo.

Dessa forma, o nosso estudo aponta que, na cidade de Mata Grande, são as mulheres que se utilizam mais da variante padrão, o *clítico acusativo*. Enquanto que na fala masculina, o uso das variantes do objeto direto anafórico ficam restritas ao contexto comunicativo.

Dando continuidade a nossa análise, iremos realizar a análise comparativa proposta entre os dados: idade e escolaridade de Mata Grande e São Paulo. Segundo Pagotto (2004, p. 398): "A idade, juntamente com a classe social, constitui uma das categorias relevantes para determinar se um dado processo de variação configura uma mudança ou não".

Por ser uma análise comparativa, seguiremos os critérios da metodologia em consonância com os dados de Duarte (cf. 2.2.4). Dessa forma, no primeiro momento foi isolada a variante *sintagma nominal*, e foram computadas as ocorrências do *clítico*, do *pronome lexical* e da *categoria vazia*, com o objetivo de se observar na fala matagrandense, assim como também foi observado na fala paulistana, de um lado, o uso da variante-padrão prescrita pela gramática e, de outro, duas variantes não-padrão, sobre as quais nossas gramáticas têm pouco ou quase nada a dizer, embora elas superem ampla e absolutamente a primeira. Em seguida, serão

analisadas as quatro variantes juntas, incluindo, assim, a variante sintagma nominal que fora isolada anteriormente.

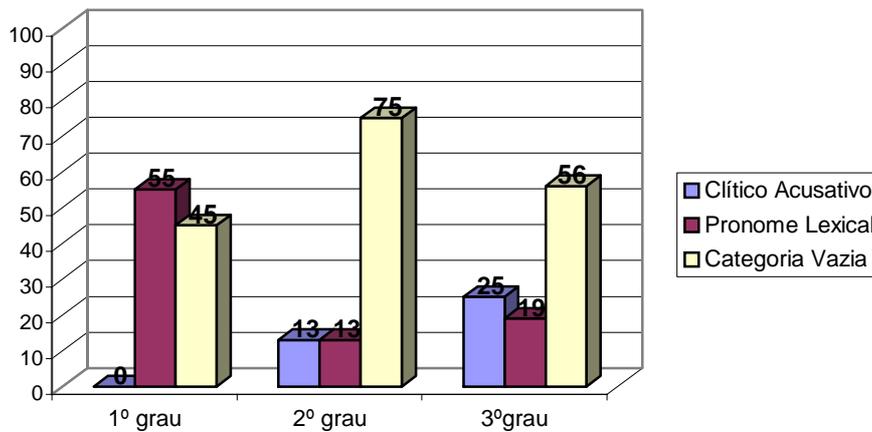
3.1.3.3. *Efeitos sociais na realização do objeto direto anafórico*

3.1.3.3.1. O clítico, o pronome lexical e a categoria vazia

Partimos da hipótese inicial (cf. 2.2.1), de que fatores extralingüísticos como a faixa etária e o nível de escolaridade mais altos poderiam estar favorecendo o uso da variante padrão e o da categoria vazia que não é socialmente estigmatizada. Contrariamente, a faixa etária e o nível de escolaridade mais baixos poderiam estar propiciando o uso da variante não-padrão, o pronome lexical, ou seja, que os falantes de faixa etária acima de 50 anos, por ser aqueles de menor escolaridade, seriam os que menos usariam a variante padrão, o *clítico acusativo*. Poderemos ver, em seguida, se os resultados confirmam ou refutam a hipótese levantada.

Vejamos, inicialmente, o gráfico 3.1 abaixo, que apresenta o percentual de ocorrências segundo a escolaridade dos informantes. Vale lembrar que o grupo dos informantes de 1º grau é composto por informantes não-escolarizados e aqueles que chegaram até a 2ª série do ensino fundamental (1º ciclo), isto é, com pouca escolaridade.

Gráfico 3.1 – uso das três variantes segundo a escolaridade (Mata Grande).



Como podemos perceber, de acordo com o gráfico 3.1, a nossa hipótese é confirmada, o uso do clítico cresce proporcionalmente à escolaridade do informante, enquanto que é significativo o uso do pronome lexical (55%) por informantes de pouca escolaridade. E é também com esse grupo que ratificamos a tese que defende que o uso do clítico acusativo no português brasileiro é adquirido como uma segunda língua, uma vez que com pouca escolaridade não foi registrado nenhum caso dessa variante nos *corpora* analisados.

É interessante observar, também, a partir desse gráfico que os informantes com mais escolaridade (3º grau) utilizam-se da variante desprestigiada, pronome lexical (19%) até um pouco mais do que os informantes com o 2º grau (13%). No entanto, é com esse grupo de 3º grau que observamos um maior uso *do clítico acusativo* (25%).

Com relação à categoria vazia, podemos observar de acordo com o gráfico em análise que o favorecimento desta é bastante significativo nos três níveis de escolaridade, principalmente no grupo com 2º grau (75%).

Duarte (1986, p.38) declarou que os informantes com nível de escolaridade mais alto usam mais o pronome lexical quando a estrutura sintática da frase

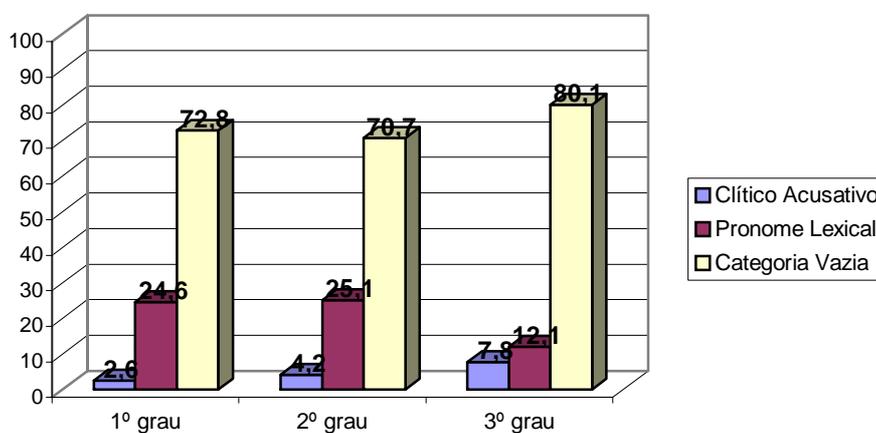
favorece mais fortemente seu uso, ao contrário dos demais grupos. A autora também constatou através das suas análises que as estruturas complexas (SN + PRED e SN + 'S) favorecem o uso do pronome lexical quando associado ao traço [+animado], em virtude de o objeto ser, na estrutura arbórea da oração, o sujeito/agente da subordinada.

Nos dados analisados por nós com falantes de nível superior, também verificamos tal ocorrência, (cf. exemplo 40) retirado dos dados de falantes matagrandenses:

- (40) ele ficou doído – ficou doído - que ele ficou zanzando por aí – é tanto - que dormiu lá no Almeida – e pegaram **ele** lá dormindo – pra você vê que tanta moleza ele deu (MG.P08.226.IF)

Tais resultados estatísticos do uso variável do objeto direto na língua falada em Mata Grande se aproximam do uso desse fenômeno na língua falada em São Paulo. Conforme podemos comprovar a partir dos resultados estatísticos demonstrados através do gráfico a seguir retirados da dissertação de Duarte (idem, p.35).

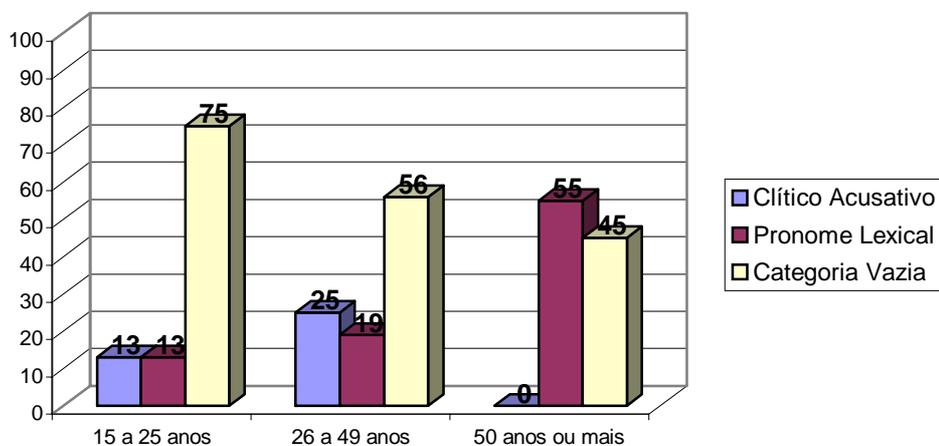
Gráfico 3.2 – uso das três variantes segundo a escolaridade (São Paulo).



Como constatado em Mata Grande, também em São Paulo o uso do clítico cresce proporcionalmente à escolaridade do informante, enquanto decresce o uso do pronome lexical. É unânime a constatação do favorecimento da categoria vazia por todos os grupos tanto em São Paulo como em Mata Grande.

Analisaremos agora a faixa etária exposta no gráfico 3.3 abaixo, ressaltando que os menos escolarizados (1º grau) foram exatamente constituídos pelo grupo de maior faixa etária. Fato que poderia ter possibilitado ao menos um pequeno uso do *clítico acusativo*, uma vez que tiveram mais tempo de interagir com outros grupos sociais, no entanto o que podemos ver a seguir é a não ocorrência desse uso no grupo de menor escolaridade e maior faixa etária.

Gráfico 3.3- Uso das três variantes segundo a idade (Mata Grande)



Observando o gráfico (3.3), podemos visualizar, em tempo aparente, três gerações e seus devidos usos. Isso porque, de acordo com a tradição clássica, segundo Naro (2003, p. 44): “o estado atual de uma língua reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade”. De acordo com essa teoria, o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos

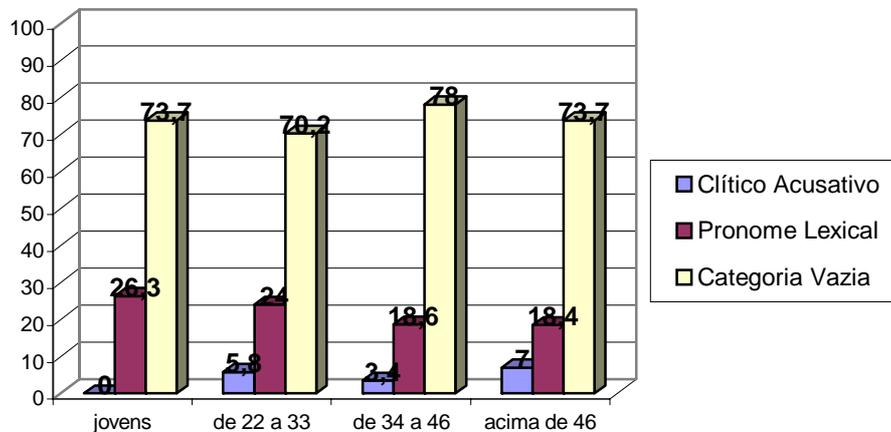
até a puberdade e a partir desse momento a língua do indivíduo fica essencialmente estável.

Assim sendo, há um maior uso do *pronome lexical* (55%) e um menor uso da *categoria vazia* (45%) pelo grupo de 50 anos ou mais que representa a língua usada há mais de 35 anos em Mata Grande, um uso menor do *pronome lexical* (19%) e um uso maior da *categoria vazia* (56%) pelo grupo de 26 a 49 anos que representa a língua usada há ± 20 atrás, e um uso bem menor do *pronome lexical* (13%) e bem maior da *categoria vazia* (75%) pelo grupo de 15 a 25 anos que representa a língua usada atualmente, de acordo com a teoria clássica. Assim, podemos visualizar em tempo aparente que a forma preenchida do objeto direto anafórico por *pronome lexical* está gradativamente mudando para a forma nula (*categoria vazia*) na fala matagrandense.

Por outro lado, levando em consideração que os grupos de 15 a 25 anos e 26 a 49 anos possuem respectivamente o 2º e 3º graus e por isso há uma maior uniformidade quanto ao uso das três estratégias, os resultados parecem apontar para a possibilidade de que o fator social mais determinante não é a idade e sim a escolaridade. Principalmente, pelo fato de que o grupo com mais de 50 anos com pouca escolaridade utilizam mais o *pronome lexical* variando com a *categoria vazia* em detrimento do *clítico acusativo*. Com isso, concordamos com Duarte (1986, p.37) quando afirma que o uso do clítico acusativo é uma forma absolutamente ignorada pelos informantes mais velhos com nível de escolaridade mais baixo bem como pelos jovens.

Poderemos observar os resultados no gráfico a seguir retirados do trabalho de Duarte (op. cit, p.36).

Gráfico 3.4 – uso das três variantes segundo a idade (São Paulo).



De acordo com o gráfico (3.4) e com a nossa hipótese inicial, podemos visualizar em tempo aparente que a implementação da *categoria vazia* na língua paulistana já está ocorrendo há algum tempo, pois o seu uso é unânime desde os mais jovens até o grupo acima de 46 anos. Já na língua matagrandense, a implementação da categoria vazia é recente, pois, o fenômeno se encontra ainda em processo de mudança, o seu uso está ocorrendo gradativamente com o decorrer do tempo, como observado no gráfico (3.3).

Com relação ao aumento do uso da variante *categoria vazia* na língua matagrandense, podemos inferir que seja motivado por dois fatores: a) pela deficiência do paradigma pronominal brasileiro que está atingindo todo o Brasil, até mesmo em interiores nordestinos longínquos com relação à capital do Estado como é o caso de Mata Grande; b) pela interação lingüística cada vez maior do pessoal do interior com as capitais, principalmente com a região sudeste que é o lugar por excelência que mais abriga o imigrante nordestino.

Um fato que aproxima os dois gráficos é o seguinte, assim como nos dados de Mata Grande (em duas faixas etárias) também nos dados de São Paulo o uso das três estratégias do objeto direto anafórico (pelas quatro faixas etárias) é

bastante equilibrado. Outro fato que distancia entre as duas cidades que envolve a coleta de dados é o seguinte: enquanto em Mata Grande o grupo mais idoso é aquele que tem pouca escolaridade, nos dados de Duarte (1986, p. 36), além de tratar-se de um maior número de informantes, o *corpus* contempla um número expressivo de informantes na 3ª faixa etária, com o 3º grau, e, assim, a autora pôde verificar em cada faixa etária os três níveis de escolaridade (menos o grupo de jovens que foi composto por informantes de 1º grau), com isso pôde constatar que há um maior favorecimento ao uso do clítico em detrimento do pronome lexical por informantes com 3º grau e pertencentes à faixa etária mais alta.

Com relação aos jovens que, segundo a autora, o grupo foi formado com informantes com 1º grau, ‘estes não se utilizam do clítico na língua falada’, o que comprova, quando analisado separadamente, ser a escolaridade o fator que mais municia o falante quanto ao uso padrão do objeto direto, o *clítico acusativo*.

Quanto à variante *categoria vazia*, podemos ratificar as constatações a que chegou Duarte com relação à semelhança do comportamento lingüístico dos falantes paulistanos nas diferentes escolaridades, pois, de fato, é unânime a preferência desta variante pelos três grupos nas duas cidades analisadas (São Paulo e Mata Grande). Para a autora, o que difere no uso da categoria vazia das demais variantes citadas são os casos de realização fonológica do objeto. Neste caso, a escolaridade em maior grau, e a idade, em menor grau, são fatores relevantes.

3.1.3.3.2. Os sintagmas nominais

Serão apresentados a seguir os gráficos que exibem a relevância dos dois fatores sociais (idade e escolaridade) que constituem objeto desta investigação,

incluindo-se agora o uso de sintagmas nominais pelos informantes entrevistados, respectivamente, em Mata Grande e em São Paulo.

Gráfico 3.5 - Uso das quatro variantes segundo a escolaridade (Mata Grande):

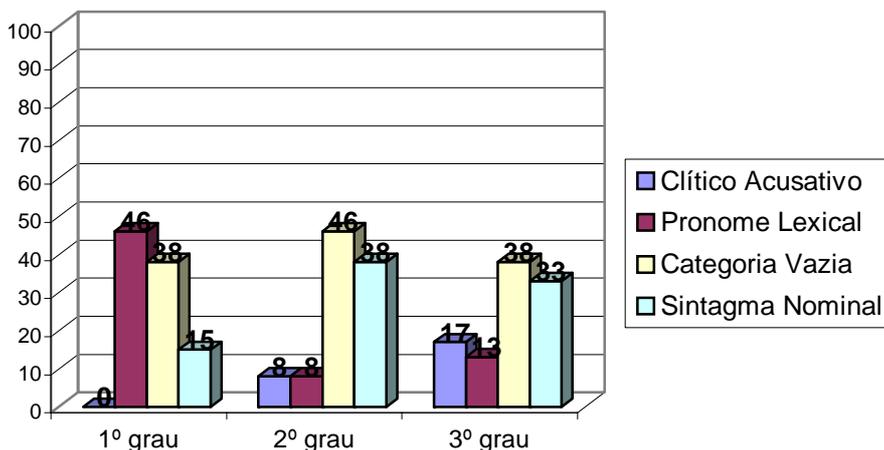
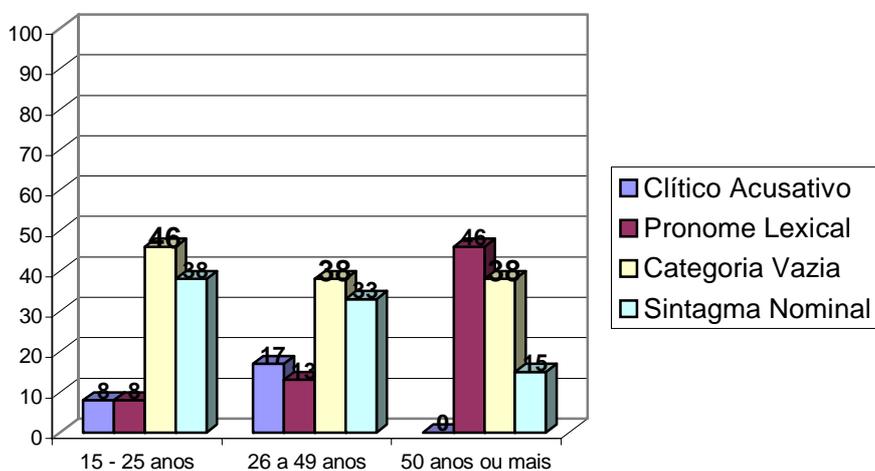


Gráfico 3.6 – uso das quatro variantes segundo a idade (Mata Grande).



Como podemos verificar de acordo com os gráficos (3.5) e (3.6) acima, é expressivo o uso do sintagma nominal pelos informantes matagrândenses de escolaridades mais altas 2º grau, de 15 a 25 anos (38%) e 3º grau de 26 a 49 anos (33%), por se tratar de informantes escolarizados, pode ser considerado um uso estilístico ou de esquivas ao *clítico acusativo*. Estratégia superada por aqueles de

menor escolaridade 1º grau, de 50 anos ou mais (15%), pois continuam preferindo o uso do pronome lexical (46%) ou calando o objeto direto, categoria vazia (38%).

Veremos em seguida através dos gráficos (3.7) e (3.8) o comportamento dessa variante (*sintagma nominal*) nesses mesmos fatores sociais (idade e escolaridade) pelos informantes paulistanos:

Gráfico 3.7- Uso das quatro variantes segundo a escolaridade (São Paulo):

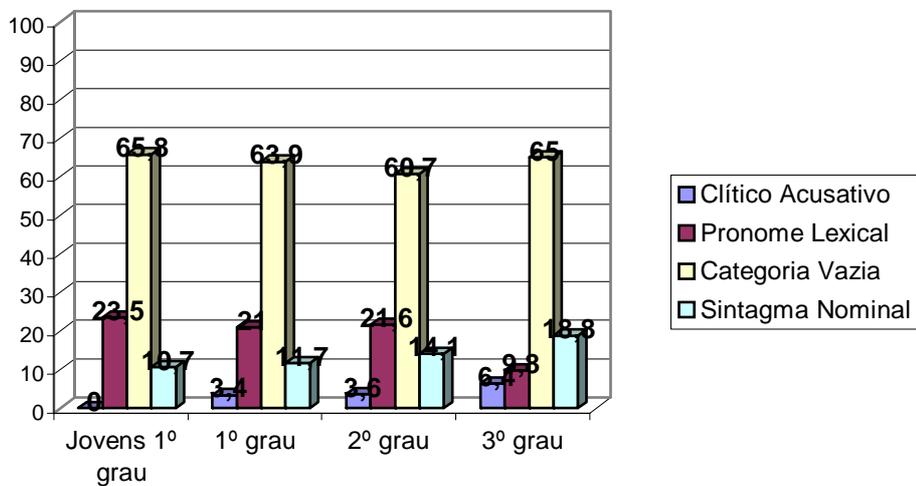
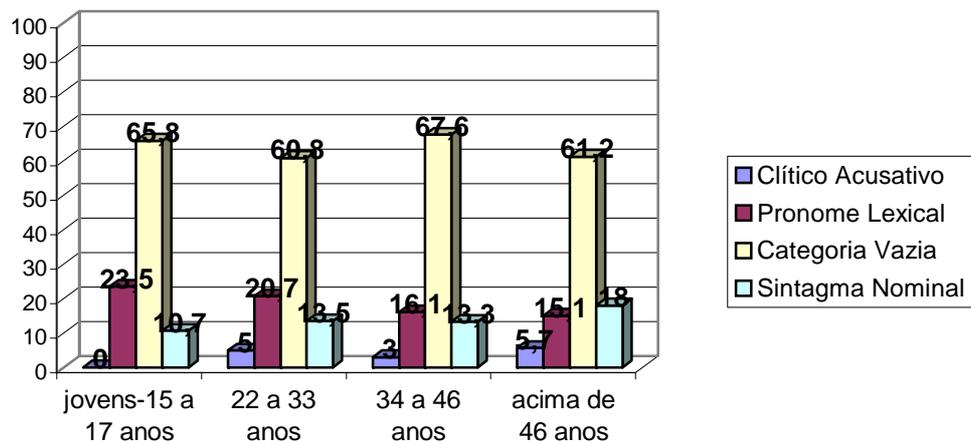


Gráfico 3.8 – uso das quatro variantes segundo a idade (São Paulo).



Como constatado na fala matagrandense (cf. gráfico 3.5), o maior uso do sintagma nominal pelo grupo de maior escolaridade, também a partir da análise

desses dois gráficos (3.7) e (3.8), dos dados retirados de Duarte (1986, p. 39) por falantes paulistanos, apesar de ter ocorrido com um número percentual bem inferior ao encontrado na cidade de Mata Grande, confirma-se a relevância dos fatores escolaridade e faixa etária mais altos na representação desses objetos (sintagmas anafóricos).

Observe-se que o uso do sintagma nominal no grupo com maior faixa etária com 3º grau supera o uso do pronome lexical, enquanto que para os demais grupos o uso do pronome lexical é superior ao do sintagma nominal, atingindo uma margem de diferença maior na fala dos informantes jovens com 1º grau.

Estes condicionamentos aqui considerados se constituem uma estratégia bastante significativa no exame de diferentes estilos em que se processa a fala (cf. DUARTE, 1986, p.40).

Dessa forma, a análise comparativa do fenômeno em questão da fala matagrandense e paulistana mostrou-se bastante profícua porque além de verificarmos o nível de variação ou estágio de mudança em que se encontram as variantes do objeto direto anafórico, confirmamos também que o fenômeno estudado está ocorrendo nas duas regiões simultaneamente com características lingüísticas semelhantes.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo além de analisar a variação do objeto direto anafórico na fala matagrandense, também comparar os fatores sociais: idade e escolaridade da língua falada desta cidade com dados retirados de Duarte (1986), referentes à língua falada paulistana.

Para a realização desta pesquisa utilizamos uma amostra sincrônica de língua oral, produzida por 12 (doze) informantes matagrandenses de ambos os sexos, distribuídos em três faixas etárias e com escolaridade variada.

Procurando responder às questões sugeridas que nortearam o trabalho, os resultados apresentados permitiram que algumas afirmações fossem feitas.

A baixa ocorrência dos clíticos acusativos e a alta ocorrência das categorias vazias nos dados da nossa amostra demonstram que o clítico acusativo também se encontra em processo de mudança na fala matagrandense e corrobora os trabalhos de Duarte (1986), Freire (2000) e Galves (2001), no que diz respeito à queda e ao desaparecimento do clítico e a sua substituição pelo pronome lexical, SNS anafóricos ou pela categoria vazia no PB. Pois de fato, na língua matagrandense, de todas as formas variantes de realização do objeto direto anafórico, a menos utilizada nos *corpora* analisados foi o clítico acusativo (10%), seguindo-se o uso do pronome lexical (20%), os SNS anafóricos e o pronome demonstrativo *isso* (30%) e, finalmente o uso da categoria vazia (40%).

Os condicionamentos lingüísticos levantados mostraram que o traço semântico [\pm animado] do referente atestam as afirmações de Duarte (1986), Freire (2000) no tocante ao fato do traço [- animado] favorecer o uso da categoria vazia, enquanto que o traço [+ animado] favorece a ocorrência do pronome lexical, como

constatamos também em nossa amostra. Com relação ao clítico acusativo, o seu uso está muito limitado a contextos bem definidos: a ênclise ao infinitivo e a próclise aos tempos simples do indicativo.

Com relação à variável gênero: sexo, os resultados referentes à variação do objeto direto mostram que esse fator não foi relevante na escolha dessas variantes pelos informantes masculinos, pois estes as usam equilibradamente, dependendo apenas do contexto discursivo, enquanto que as mulheres utilizam mais a forma padrão do objeto direto anafórico, o clítico acusativo.

A análise comparativa entre as duas cidades, Mata Grande vs São Paulo, realizada com os fatores sociais - idade e escolaridade – revelam que há bastante similaridade e menor diferença quando consideramos os dados de cada cidade comparativamente.

Quanto ao fator idade, observamos a mudança do clítico acusativo e a implementação da categoria vazia em tempo aparente e percebemos que na fala paulistana a variante categoria vazia já se encontra instalada no sistema lingüístico há algum tempo, enquanto que na fala matagradense a variável ainda se encontra em processo de mudança. Com relação ao pronome lexical, os dados apontam que os falantes mais velhos com pouca escolaridade preferem o pronome lexical ao clítico acusativo, concordando com Duarte (1986).

A respeito da escolaridade na fala matagrandense, confirma-se a relevância do nível de escolaridade para a escolha do *clítico acusativo* que é tido como uma segunda língua, ensinada nas escolas. Dessa forma, embora haja grande aproximação dos números estatísticos referentes ao uso da variante categoria vazia pelos três grupos (1º grau, 2º grau e 3º grau) por ser unânime o seu uso, é possível afirmar com relação às demais variantes que o grupo com o 1º grau usa mais o

pronome lexical , o grupo com o 2º grau oscila entre o sintagma nominal e a variante categoria vazia, enquanto que o grupo com o 3º grau usa um pouco mais o *clítico acusativo* do que os demais grupos.

Da mesma forma na fala paulistana, é unânime o maior uso da variante categoria vazia dentre as demais variantes pelos quatro grupos (jovens 1º grau, 1º grau, 2º grau e 3º grau), o pronome lexical é mais usado pelo grupo de jovens 1º grau, o clítico acusativo cresce proporcionalmente à escolaridade do informante, ficando o maior uso restrito ao grupo com o 3º grau.

Essa regularidade nas freqüências parece indicar que mesmo sendo realizado em contextos bem distintos: Mata Grande vs São Paulo, o PB apresenta muitas semelhanças e parece que é na sintaxe que essas semelhanças se fazem mais presentes, confirmando assim um dos postulados da Teoria Gerativa. Tais semelhanças, também, parecem indicar que tanto a fala matagrandense quanto a fala paulistana têm respaldo na tese de Galves que defende que o baixo uso do *clítico acusativo* no português brasileiro tem relação com o enfraquecimento da concordância verbal e flexional que é causada pela redução e simplificação nos paradigmas verbais e flexionais das formas pronominais em desuso *tu* e *vós*. Assim, os clíticos de terceira pessoa, por serem interpretados como elementos de concordância, já não fazem parte do sistema lingüístico do Brasil.

Os resultados deste trabalho, embora restritos a um único aspecto sintático do português falado brasileiro, além de servirem para confrontar a língua que os alunos efetivamente usam e a modalidade-padrão que lhes é ensinada nas escolas, como é o caso do clítico acusativo que é adquirido como uma segunda língua, servem, também, para mostrar a proximidade que existe entre a fala dos paulistanos e a fala dos matagrandenses - sudeste vs nordeste -, desfazendo, com isso,

preconceitos lingüísticos errôneos sobre o falar nordestino, subsidiados em achismos, que consideram que o nordestino fala 'diferente'. Com isso, acreditamos, portanto, que essa questão do sistema pronominal não é um fenômeno isolado, pois faz parte de um conjunto de variações na estrutura da língua, e está ocorrendo no Brasil inteiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBÁN, M. del R.; FREITAS, J. Eu, você et alii em três diálogos. **Estudos; Lingüística e Literatura**. Salvador: UFBA/IL, nº 11, ago.1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: apresentação de referências bibliográficas em documentos: procedimentos. Rio de Janeiro, agosto, 2002.

BAGNO, M. **O preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CAVALCANTE, M A . S. **A realização do sujeito pronominal na língua falada em Alagoas e no Rio de Janeiro**: um estudo comparativo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. UFAL, 1999.

_____. **O Sujeito Pronominal em Alagoas e no Rio de Janeiro**: um caso de mudança em progresso. Tese de Doutorado em Lingüística. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Maceió, UFAL, 2001.

CHOMSKY, N; LASNIK, H. **A teoria de princípios e parâmetros**. In: JACOBS et al (eds). *Syntax*. Walter de Gruyter, Berlin - New York, 1993. Traduzido pelo Grupo de Estudos em Sintaxe da Pós-Graduação em Letras da UFAL.

CIRYNO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: Objeto nulo e clíticos. In ROBERTS, I; KATO, M. A . (Org.) **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1994. p. 163-184.

DUARTE, M. E. L. **Sociolingüística e Teoria de Princípios e Parâmetros**. In Anais do VIII Congresso da ASSEL-Rio, 1999, pp. 803-810.

_____. **Varição e Sintaxe**: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

FREIRE, G. C. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana**. Dissertação de mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I; KATO, M. A . (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1996. P.387-408.

GRYNER, H; OMENA, N.P. A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 89-100.

LABOV, W.. **Modelos sociolingüísticos**. Madrid : Cátedra, 1983. p. 11-411.

MARROQUIM, M. **A língua do Nordeste.**, 3. ed. Curitiba, Editora HD Livros 1996.179p.

MATEUS. M. H. M. O português: caminhos de investigação. In: Duarte, I; Leiria, I. (orgs.). **Congresso Internacional sobre o português**. Vol. 1. Lisboa: Colibri, 1996. P. 07-22.

MOLLICA. M. C. Relevância das variáveis não lingüísticas. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 27-31.

MOLLICA, M. C. (Org.). **Introdução à Sociolingüística Variacionista**. 3. ed. Cadernos didáticos UFRJ, c. 4, 1986.

MONTEIRO, J. L. **Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 1994. 272 p.

_____. **Para Compreender Labov**: Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

MOURA, D. (Org.). **Os Múltiplos Usos da Língua**. UFAL .EDUFAL. Maceió,1999.

_____. **Contribuição de Mário Marroquim à Pesquisa Sociolingüística no Brasil**. Maceió, EDUFAL, 1997. 64p.

MOURA, D. (Org.). **Variação e Ensino**. Pós-graduação em Letras. UFAL. EDUFAL, 1997.

_____. **A língua falada em Alagoas**. In: I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino – Universidade Federal de Alagoas/ Coordenação do Mestrado em Letras. Anais. EDUFAL, Maceió, 1995. p. 50-56.

NASCIMENTO, E. P. **O uso do pronome lhe como acusativo e como dativo em textos informais**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. UFAL, 2001.

NUNES, J. M. Direção e Clitização, Objeto Nulo E Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In: ROBERTS; I; KATO, M. (Org.). **Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 207-220.

OLIVEIRA E Silva, G. M. de. **Coleta de dados** In: MOLLICA, Maria Cecília (Org.). 3. ed. Cadernos didáticos. UFRJ, 1997. (p. 101-114).

OMENA, N. P. de. **Pronome Pessoal de Terceira Pessoa: Suas formas variantes em Função Acusativa**. Dissertação de mestrado. PUC, Rio de Janeiro, 1978.

PAGOTTO, E. G. **Variação e (') identidade**. Prêmio ANPOLL 2002 de Lingüística-Doutorado. Maceió: EDUFAL; EDUFBA, 2004, p. 398-399.

_____. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. In: KATO, M; ROBERTS, T. (Orgs.). **Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 185-203.

PAIVA, M. da C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 33-42.

PEREIRA, M G. D. **A Variação na Colocação dos Pronomes Átonos no Português do Brasil**. Dissertação de mestrado. PUC, Rio de Janeiro, 1981.

PERINI, M . A . **Sintaxe do português : metodologia e funções**. São Paulo: Ática, 1989. p. 5-248.

RAMOS, C M. A . **O clítico de 3ª pessoa**: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Lingüística, UFAL, 1999.

RAPOSO, E. P. **Teoria da Gramática**. A Faculdade da Linguagem. Lisboa, Editora Caminho, 1992.

RODRIGUES, F. I. **O linguajar matuto**. Tese de Concurso para Livre-Docência. UFAL, 1975.

RIZZI, L. **The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar**. Genève, Foundation Archives Jean Piaget, 10th Advanced Course “Language and Cognition”, October 10, 1988. (Tradução: Maria Denilda Moura).

SANTOS, M B. **A variação da concordância sujeito / verbo na língua falada na cidade de Maceió**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. UFAL, 1998.

TARALLO, F. **Fotografias Sociolingüísticas**. São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Federal de Campinas, 1989. (Coleção linguagem-crítica).

_____. **A pesquisa Sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1985.

TENÓRIO, A N. A . **O uso das formas Tu e Você em diálogos de maceioenses**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. UFAL, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português**. A categoria e sua expressão. Uberlândia, Gráfica UFU, 1981.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 51-57.

WEINRECH, U; LABOV, W; HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change**, In: W. LEHMAN & Y. MALKIEL (eds.). Directions for historical linguistics. Austin & London: University of Texas Press, 1968. P. 97 –195.

ANEXOS

- 1. CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO**
- 2. ARQUIVO DE DADOS**

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

As convenções adotadas para as transcrições provêm de uma adaptação para o português, organizada a partir do modelo pela Equipe do GARS (Groupe Aixois de Recherches en Sociolinguistique), dirigido por Claire BLANCHE-BENVENISTE.

As transcrições não têm pontuação e as letras maiúsculas só são utilizadas para os nomes próprios. Tanto os informantes quanto o pesquisador são mencionados pela inicial L e um número: L1 para o pesquisador e L2, L3... para os informantes.

1. Convenções gerais.

1.1. Notação das pausas e interrupções, por aproximação, sem medida técnica.

- pausa curta
- pausa média
- pausa longa
- //// interrupção longa

1.2. Notação das dificuldades de escrita:

- X símbolo para uma sílaba incompreensível
- XX seqüência de sílabas incompreensíveis

1.3. Notação de alternâncias auditivas, que fornecem diferentes possibilidades de transcrições:

/bairro, barro/ entre barras, separadas por vírgula, são notadas as diferentes transcrições possíveis. A primeira sendo julgada a mais provável.

1.4. Notação de alternâncias ortográficas: possíveis.

/mais, mas/ entre barras, separadas por vírgula, são notadas as duas ortografias possíveis.

1.5. Notação de cruzamento de vozes:

L1 sim os enunciados pronunciados por dois falantes ao mesmo tempo

L2 concordo são sublinhados.

1.6. Notação para as observações fônicas:

fe: o alongamento de uma vogal é marcado com dois pontos.

ARQUIVO DE DADOS

(CILSUZKP3.L59.IF1 ...o pade Mané Firmino qui fez - ele fez essa igreja⁷ aí - era de duas veinha- achô duas santa - quando ele cumeçô a fazê ϕ - era duas santa dentro da parede.

(DELRUZKP3.L84.IF1... mai eu gostava munto de Getúli - mai Getúli -eu vi **Getúli** mai a muié

(CELSUZKP4.L120.IF1 ...já fui pra Sum Palu - pra casa de minhas fias - qui me tratô lá - me deu rimédo – todo dia Tonha butava – todo dia ela butava ϕ im meu ôio.

(CELRUZKP5.L138.IF1rapaz tão trabaiadô - esse fio meu - foi pu sul – - prantá um açúca que tinha lá - e de lá - ele se fincô no mundo - até hoje nunca mai eu vi ϕ - tão trabaiadô.

(DELRUZKP5.L163.IF1ele chegava assim - tire esse minino bota pra dento – nós jogava **o minino** de casa pra dento - aí arrente entrava no forró.

(BIQRTZKP7.L228.IM1 ... minha mãe mermo - cansei de vê – **ela** - fazê - uns bucado de coisa.

(CELSTZKP10.L332.IM1... porque a televisão tem se mantido de tudo conte não presta – - elas verem ϕ - pronto - porque toda sem vergonhise tá passando pela televisão.

(DELRUXWP13.L401.IF1 em relação aqueles professores - que não querem nada com a vida - porque tem **professores** que não querem nada com a vida - além dos coitados dos mininos - não quererem nada - não terem bom estímulo pra istudá - e os professores também não ligam.

⁷- O sintagma sublinhado é o referente do objeto direto.

(CELSUXWP13.L407.IF1 quando tem merenda vão – quando não tem ϕ - não vão - porque prefere - se é de ficarem na escola com fome - prefere ficá em casa

(DELSUXWP14.L433.IF1 ... agora médico que é bom - nem os acadêmicos que - que tem - até dá medo de tomar o remédio - porque quando toma **o remédio** fica pior.

(CELSUXWP14.L439.IF.1 já teve centro cirúrgico - mas – é – destruíram tudo - e hoje não tem ϕ

(DIMSUXWP14.L439. IF1 já teve centro cirúrgico - mas – é – destruíram tudo - e hoje não tem ϕ ouço dizer **que estão reconstruindo o: centro cirúrgico**

(CILSUXWP14.L452.IF1... [o mestrado] eu prefiro fazê ϕ em São Paulo porque dentro de 45 dias eu faço ϕ – é bem mais caro - é bem mais caro - mas bem que a pessoa faz ϕ - e em 45 dias a pessoa já vem com o diploma na mão.

(CELSUXWP14.L452.IF1... [o mestrado] eu prefiro fazê ϕ em São Paulo porque dentro de 45 dias eu faço ϕ – é bem mais caro - é bem mais caro - mas bem que a pessoa faz ϕ - e em 45 dias a pessoa já vem com o diploma na mão.

(CELSUXWP14.L452.IF1... [o mestrado] eu prefiro fazê ϕ em São Paulo porque dentro de 45 dias eu faço ϕ – é bem mais caro - é bem mais caro - mas bem que a pessoa faz ϕ - e em 45 dias a pessoa já vem com o diploma na mão.

(CILSUXWP14.L457.IF1 ... mandei fazê a matrícula - o minino não conseguiu fazê ϕ - qui já chegô lá atrasado mas se tivesse conseguido ϕ - eu estaria lá fora no mês de janeiro.

(CGLSUXWP14.L457.IF1 ... mandei fazê a matrícula - o minino não conseguiu fazê ϕ - qui já chegô lá atrasado mas se tivesse conseguido ϕ - eu estaria lá fora no mês de janeiro.

(CELSUXWP15.L477.IF1 hoje em dia - tá todo mundo com telefone im casa - né? - tudo melhorou - é: algum tempo quem tinha - quem não tinha ϕ ia pra telasa - ou pra casa de parentes que tinha ϕ - pra casa de amigos.

(DHLSUXWP17.L551.IM1 ... pra fazê faculdade aqui era escundido - porque um grupo pulítico tinha interesse - ficar – centralizar o podê sobre aquele grupo - e: as pessoas não tinham direito de fazê **faculdade**.

(DILSUXWP17.L555.IM1 ... e comecei a colocar na cabeça das pessoas - que deveriam fazê faculdade - e daí - começaram a fazê **faculdade** em Arco Verde.

(CHLSTVYP21.L696.IM1 ... e tenho me dedicado assim - um pôco – a conhecê um pôco - a história de Mata Grande - e: após descobri ϕ - passei a amá mais Mata Grande.

(DGLSTVYP22.L702. IM1 tivemos governadores - da terra – deputados - e tudo na política - né? - nós temos visto **isso** .

(AHLRTVYP22.L711.IM1 ... vem muita gente do sítio - e termina - enfrentam muitas filas - a fila enorme - e: quando acaba o expediente - o médico não qué atendê-**lo[s]**.
(DELSTVYP23.767.IF1 essa nova mudança aí - que o nosso presidente fez - tem favorecido mais - a: pobreza - ao pessoal de classe baixa é: - possui hoje em dia uma linha telefônica em sua residência - antigamente nós não víamos **isso** - né?

(CELSJVYP26.L857.IF1 – eu já terminei é – é - dois segundos graus - vô entrá no terceiro – depois faço a faculdade - quem sabe - se esse ano ou para o ano - eu não curso ϕ - é igualmente os otro - estão todos na espera de chegá o estudo superior - né?

(DELSUVYP27.L869.IF1 ...[o curso superior] vai pra Arco Verde - ou parte pra Maceió – mas geralmente é pra Arco Verde - mas se conta as pessoas - que faz **esse curso**.

(CILSUVYP28.L922.IF1 espero que chegue uma faculdade aqui - pra que possamos cursá ϕ - não procurá outra cidade fora - pra valorizá nossa cidade.

(DEMSUVYP29.927.IF1 a coordenadora já istá lutando [para trazer a faculdade] - né? - quem sabe se dá - esse ano é: - ainda não chega? – esperamos **que isso aconteça** - né?

(BELRUZKP.03.L54.IF ... ela não quis ir – né?- é Liziane – ela não quis ir – só tenho **ela** – né?- mandei ela – e ela disse que num ia – então – né?

(BELRUZKP.03.L54.IF ... ela não quis ir – né?- é Liziane – ela não quis ir – só tenho ela – né?- mandei **ela** – e ela disse que num ia – então – né?

(BEORUZKP04.L99.IF ele é filho natural daqui – né? - vi **ele** novinho – aqui – criou-se aqui – formou-se lá pa São Paulo – e depois veio pra cá – uma boa pessoa também – né? – um bom padre.

(BHLRTZKP05.L125.IM ainda domingo eu tive lá com ele – anteontem fui pro Inhapi e ontem fui pro quartel - visitá **ele**.

(CHLRTZKP06.L138.IMnão eu num achei que ele tava certo não – né? – matá a mulé sem pricisão? – já não tava largado? - pra que mais vivê – ou - pra que mais ir atrás dela? - não adiantava - né?- só pra matá ϕ mermo - só foi só: pra matá ϕ – né?

(BELRTZKP07.L170.IM desde - desse tamanho - que eu conheço Cizo – desde de miudinho que eu conheço **ele** – eu trabalhava na casa dele – né?

(BHLRUXWP07.L180.IF no caso de - de dele tê - assim - uma outra mulher na vida dele – porque - não é justo eu ser uma dona de casa - tê as minha responsabilidades e aceitá **ele** com uma outra mulher .

(BGLRUXWP08.198.IF segundo os comentários que eu ouvi na cidade - é que ela estava muito defeituosa - que ele tinha maltratado **ela** - o quanto pôde.

(AELRUXWP08.L203.IF a mulher estava irreconhecível – quer dizê eu não a conhecia – mas – **a** vi na fotografia - e ela estava irreconhecível – muito deformada ela estava.

(AELRUXWP08.L203.IF a mulher estava irreconhecível – quer dizê eu não a conhecia – mas – a vi na fotografia - e ela estava irreconhecível – muito deformada ela estava.

(CELSUXWP08.L218.IF quando acontece um caso desses – aí coloca a moeda na boca do defunto – na boca da defunta no caso – aí a sobrinha dela colocou ϕ – aí - quando coloca essa moeda – é: - o bandido que tá – aonde ele estiver - não consegue - se orientar e correr – ele - a tendência dele é voltá para o lugar que ele fez o crime.

(DELSUXWP08.L218.IF quando acontece um caso desses – aí coloca a moeda na boca do defunto – na boca da defunta no caso – aí a sobrinha dela colocou ϕ – aí - quando coloca **essa moeda** – é: - o bandido que tá – aonde ele estiver - não consegue - se orientar e correr – ele - a tendência dele é voltá para o lugar que ele fez o crime.

(BELRUXWP08.226.IF ele ficou doido – ficou doido - que ele ficou zanzando por aí – é tanto - que dormiu lá no Almeida – e pegaram **ele** lá dormindo – pra você vê que tanta moleza ele deu.

(DHMRUXWP08.226.IF ele ficou doido – ficou doido - que ele ficou zanzando por aí – é tanto - que dormiu lá no Almeida – e pegaram **ele** lá dormindo – pra você vê **que tanta moleza ele deu.**

(AELRUXWP09.L253.IF ... [o padre Cizo] foi pra religião contrária – pra igreja católica – e aí ele estudou pra padre – e tudo – e tá aí: – tá agindo como padre – certo? - foi essa maneira que eu **o** conheci .

(AHLRTXWP09.L259.IM ... ela tem o - sabe distinguir o que é certo do que é errado – não vejo motivo nenhum para proibí-la de alguma coisa.

(DELSTXWP11.L303.IM (Como você vê o presidente depois desse apagão?) eu vejo ϕ como um mau administrador – porque – ele já sabia que ia haver esses apagões – e não tomou nenhuma medida – para que não houvesse **isso**.

(DEMRTXWP12.L341.IF [o presidente] eu vejo ele assim – muito irresponsável – porque eu acho **que ele já sabia de tudo isso que ia acontecer** – né?

(CHLRUVYP12.L332.IFeu ia ficar lembrando dela – direto – ela morta – dizem que tava horrível – então não quis nem vê ϕ

(CELRUVYP13.L347.IF ... depende dele – se ele quer ir – se ele quer ser praticante de alguma religião – isso depende dele – eu não mando ϕ .